

A ARQUITETURA DO FUTURO



PROGRAMA ELEITORAL- LEGISLATIVAS 2019

<u>ÍNDICE</u>

PARTE I Traves Mestras 5 PARTE II Capítulo I - Crescimento, Competitividade e Território 21 Economia e Empresas 22 26 Competitividade e Moderação Fiscal O Mar 31 Coesão Territorial 33 Agricultura e Florestas 35 39 Turismo Urbanismo e Ordenamento do Território 40 Obras Públicas e Transportes 41 Ambiente e Alterações Climáticas 44 Política Energética 49 Trabalho, Emprego e Qualificações 52 Capítulo II - Políticas Sociais e Bem-Estar 55 Sistema de Proteção da Saúde 56 Políticas para a Saúde e o Bem-Estar 59 Natalidade e Envelhecimento 61 Segurança Social 64 Solidariedade e Inclusão 67 Mais Futuro 72 Capítulo III Educação, Conhecimento e Inovação 75 Educação e o Ensino Superior 76 Inovação e Investigação 80 A Cultura e as Artes 83 Património Nacional 86 Comunicação Social 88 Capítulo IV Estado e Soberania 91 Constituição. Sistema de Governo e Sistema Eleitoral 92 Melhor Estado, Transparência, Regulação e Combate à Corrupção 96 Defesa Nacional e Segurança 98 Finanças e Administração Pública 101 Justica 105 Política Externa e Assuntos Europeus 108

POR UM PAÍS COMO DEVE SER! UM COMPROMISSO COM PORTUGAL!

A emergência de novas forças políticas no panorama político nacional apenas faz sentido se acompanhada por uma nova Atitude. Uma Atitude baseada na apresentação de um caminho claro que coloque o País a crescer e a aproximar-se dos níveis de vida dos seus congéneres europeus. Uma Atitude baseada na defesa intransigente dos interesses dos Portugueses e no combate à pobreza e à exclusão social, causas sistémicas de um conjunto de problemas que impedem a efetiva coesão social e territorial.

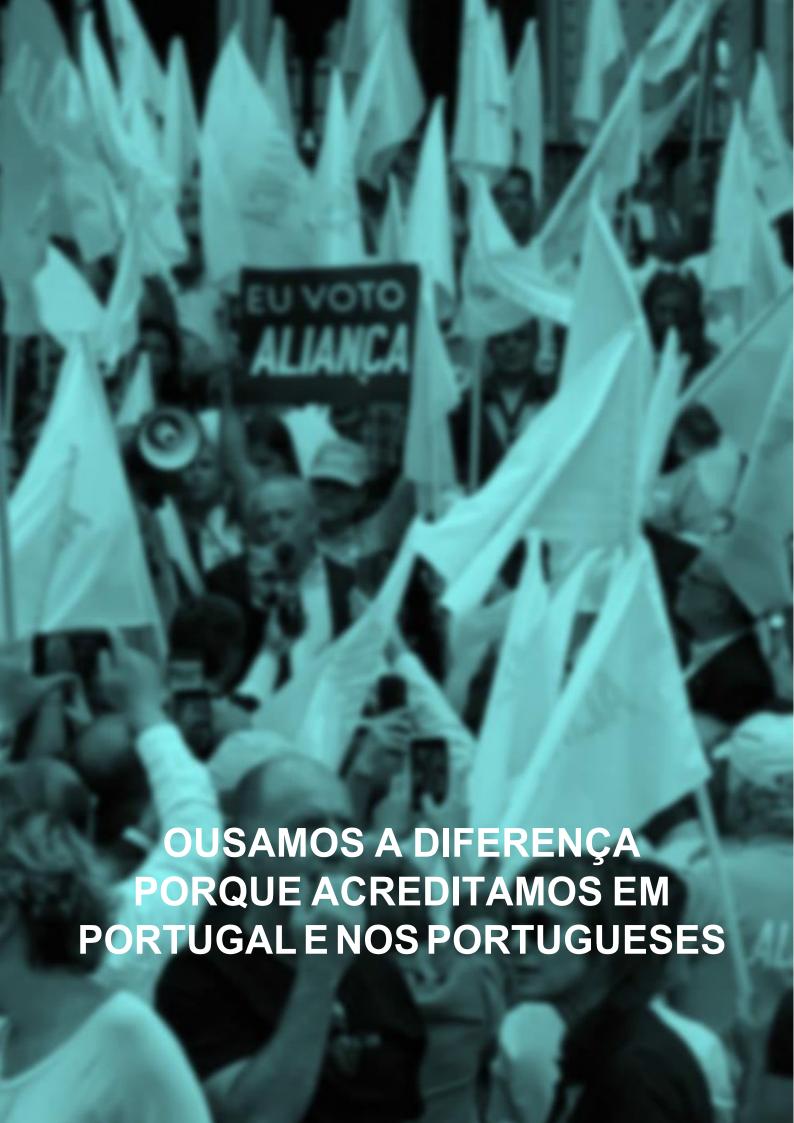
Importa libertar os Portugueses da asfixia partidária em que o País se afundou nos últimos 45 anos e das amarras da Frente de Esquerda, permitindo que novas forças políticas, com projetos credíveis e sustentados em propostas concretas, se afirmem na construção de um novo caminho, assente no crescimento, na liberdade, na justiça, na solidariedade e tendo sempre presente uma matriz humanista e personalista.

Por um País assente no mérito. Um País onde todos contam, e ninguém fica para trás. Somos a Alternativa democrática, patriótica e responsável a esta Frente de Esquerda. O nosso projeto é Refundar para Defender Portugal!

Por Portugal. Por um País como deve ser. Um País onde valha a pena estudar e trabalhar! Temos a plena convicção de que Portugal é Melhor!

Portugal Pode Muito Mais!

O PROGRAMA que propomos reflete as causas, princípios e valores fundacionais da *ALIANÇA* mas, incorpora também, os contributos de todos aqueles que acreditam em Portugal, e não se sentem representados por este Governo de esquerda.



A Aliança é um partido Personalista, Liberal e Solidário.

As pessoas e a dignidade do ser humano são o centro e o fim último de todas as nossas propostas.

A *ALIANÇA*, desde a sua fundação, reclama como desígnios fundamentais o crescimento económico como instrumento essencial para alcançar o progresso, a igualdade, a justiça, a coesão social e territorial e o combate à pobreza.

Apostamos na defesa intransigente dos interesses dos Portugueses assente em 3 grandes CAUSAS TRANSVERSAIS:

- ▼ COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL
- ▼ CRESCIMENTO ECONÓMICO
- COESÃO TERRITORIAL

Nesse sentido, a *ALIANÇA* delineou o seu **PROGRAMA ELEITORAL** com os seguintes pressupostos:

- A Pessoa no centro de todas as medidas e decisões (matriz personalista).
- Liberdade de Escolha / Liberdade Económica.
- Honradez / Honestidade / Ordem / Segurança/Privacidade.
- Iniciativa Provada/Empresas e Sociedade Civil- motores da atividade económica e social
- ★ Diminuição da Despesa do Estado um Estado eficiente e que atue onde é verdadeiramente necessário.
- Criação de mais riqueza condição para se atingir o nível de vida médio europeu.
- Princípio da solidariedade e da inclusão social.
- Moralização e qualificação do sistema político.
- Sistema de ensino assente na exigência e nos desafios das novas tecnologias.
- Coesão territorial (equilíbrio e equidade na gestão do território).
- Iniciativa privada e empresas motores da atividade económica.

Maior punição social e legal para crimes mais graves (homicídio, violação, violência doméstica, corrupção).

Não aceitamos que cerca de 3 milhões de Portugueses — repetimos 3 milhões — vivam sem dignidade, sem conforto e sem bens essenciais, já para não falar de tantos outros com emprego que vivem em pobreza envergonhada.

Não aceitamos que pessoas dependentes, como os mais velhos, sejam abandonados, agredidos e maltratados, sem que lhes seja dado o apoio devido em fim de vida.

Não aceitamos que pessoas com deficiência ou em situações de dependência, sejam excluídas a qualquer título e que não sejam dados os devidos apoios que lhes permitam a sua plena integração.

Não aceitamos atrasos no pagamento das reformas ou nas prestações sociais.

Queremos um SNS requalificado e eficiente, assente na liberdade de escolha para todos os Portugueses, seja através da generalização dos seguros de saúde, seja através da abertura da ADSE. Um sistema onde coabitem públicos, privados e terceiro setor, que aumentem a oferta e contribuam para a sua qualidade. Sem listas de espera, sem adiamentos de cirurgias e serviços fechados.

Por sermos intransigentes neste combate pelas pessoas, também elegemos como causa transversal o crescimento económico e a criação de um ambiente propício ao investimento, com uma fiscalidade estável e atrativa, com redução de impostos para pessoas e empresas, com uma justiça mais célere e com processos transparentes.

Só assim se criará riqueza e se conseguirá a tão necessária redução da carga fiscal para as famílias e empresas. Também por isso defendemos uma nova atitude na Europa que nos faça convergir com a média do pib per capita dos outros países, que canalize todos os fundos no apoio ao crescimento, nas empresas e no aumento da nossa competitividade, designadamente através de investimento público nas infraestruturas portuárias, ferroviárias e aeroportuárias.

Não queremos ser uma ilha na Europa, quando devemos ser a sua principal porta de entrada, capitalizando a nosso favor o investimento estrangeiro.

Queremos um país uno, coeso, do norte ao sul, do interior ao litoral e nas Regiões Autónomas, promovendo a coesão territorial a que associaremos políticas demográficas e fiscais combinadas com a descentralização de competências e desconcentração de serviços.

Queremos uma nação mais jovem, mais saudável, mais culta e qualificada. Que desde cedo, na escola, seja incentivada a ter vidas saudáveis, a praticar desporto e a dedicarse à cultura e às artes, num modelo educativo pluridisciplinar que aposte no desenvolvimento pessoal, criativo e empreendedor.

Queremos uma sociedade onde as gerações mais jovens se interessem pelos grandes temas da atualidade, motivando-os a participar na construção de uma sociedade mais preparada e inclusiva, assente em bons valores e tentar reverter assim a mediocridade em que está imersa a atividade política.

Queremos um país exemplar no combate às alterações climáticas e na defesa do ambiente, através da descarbonização progressiva, da aposta na economia circular e na adoção de um novo paradigma de consumo mais sustentável que evite o desperdício e privilegie a reutilização.

UMA VISÃO PARA O CRESCIMENTO

PORTUGAL, não conseguiu, na últimas décadas, transformar a estrutura da sua economia. Na verdade, são mais de 30 anos de integração europeia com mais de 130 mil milhões de euros de fundos europeus e, não obstante, Portugal vai ficando para trás, na comparação com os outros Estados-Membros, sobretudo com os mais recentes, que partindo duma situação bem mais frágil, em vários domínios, conseguiram afirmar as suas economias e ultrapassar Portugal.

De acordo com o mais recente boletim do Banco de Portugal a economia portuguesa terá uma redução do crescimento face aos últimos anos. O PIB deverá aumentar 1,7% em 2019 e 1,6% em 2020 e 2021 o que contrasta com o crescimento médio de 2,3% entre 2016-2018 (menos 0,7 pp).

A evolução projetada para a economia portuguesa aponta para um PIB real *per capita*, em 2021, de 60% da área do euro o que é inferior ao registado no início da união monetária.

Para a ALIANÇA, a grande questão, o grande desígnio, é proporcionar aos Portuguesas um nível médio de vida equivalente aos restantes cidadãos europeus.

Portugal vive num impasse. Os sucessivos governos e os partidos políticos instalados no nosso regime democrático, não conseguiram romper com o ciclo vicioso das políticas económicas, financeiras e sociais.

Nestas últimas décadas a economia portuguesa tem alternado períodos de crescimento anémico com períodos de absoluto desastre das contas públicas, com níveis de endividamento externo irrecuperáveis, com um Estado ineficiente e, mais recentemente, com o caos instalado na prestação dos serviços básicos do Estado de que se sublinha, a total desagregação do serviço nacional de saúde.

Por outro lado, Portugal tem que assistir aos compromissos decorrentes do Pacto de Estabilidade e das metas estabelecidas com as autoridades europeias, que nos exigem, constantemente, por um lado, cortes na despesa e, por outro, crescentes receitas, sem curarem da sua origem e da sua natureza.

À Europa não importa onde são feitos os cortes nem a proveniência das receitas. Não se preocupam se resultam de impostos, como sucede, ou dos efeitos de investimento, produtividade, crescimento, como devia acontecer.

A Política de coesão económica e social é, cada vez mais, um discurso retórico e a ALIANÇA entende que só existirá um novo ciclo de projeto europeu, em paz e segurança, se Bruxelas assumir — plenamente — para além da urgência climática e dos ODS – a concretização dessa causa cimeira: a Coesão Económica e Social.

É a Portugal que cabe lembrar e reclamar, junto de Bruxelas, a necessidade de reparar, à luz do que hoje sabemos e sofremos, as consequências nefastas do nosso processo de adesão que comprometeram, até hoje, a nossa estrutura produtiva, de que são exemplo a agricultura e as pescas. Independentemente, de podermos reconhecer, que o nosso País não aplicou da forma mais racional os fundos estruturais recebidos, é preciso lembrar a Bruxelas, designadamente à Alemanha e à França, que os prejuízos estruturais gerados na nossa economia se reverteram em vantagens competitivas para as economias daqueles Países.

A Democracia, tal como tem funcionado em Portugal, não chega, para invertermos e repararmos o Impasse. A rotação dos partidos políticos no poder, a falta de confiança do setor empresarial e o descrédito político gerado pelo empobrecimento da nossa sociedade exige que as **Organizações e Instituições Políticas,** incluindo o Presidente da Republica, se agreguem numa só voz, numa só posição, numa só exigência, junto de Bruxelas.

Portugal precisa de uma nova atitude, de um esforço redobrado de todos, motivado pela Nacionalidade, pela Soberania e pela Dignidade dos Portugueses, para a constituição de um grande Pacto Nacional para o Crescimento que nos permita exigir, em Bruxelas, um Projeto Europeu de verdadeira Coesão. Em Bruxelas não pode fazer-se política interna, em Bruxelas tem que fazer-se Política Nacional.

Mudar de Governo não chega. É preciso um consenso nacional, radicalmente moderado e racional, assumido pelas forças politicas que se revejam no crescimento sustentável e duradouro.

Portugal tem, no quadro atual, um *déficit* orçamental real que ronda os 2,5%, não ocultando dívidas, abolindo as cativações penalizadoras do normal funcionamento dos serviços e repondo os investimentos essenciais.

E, ainda assim, este *deficit* é conseguido com uma carga fiscal que atingiu o máximo da nossa história e compromete o nosso desenvolvimento estrutural, seja pela reduzida propensão para o investimento (IRC) seja pela fuga dos nossos talentos humanos que procuram melhores condições de trabalho (IRS) no exterior, pondo a perder o investimento formativo que fizemos no seu percurso académico.

Precisamos de um Pacto Nacional para o Crescimento que seja imune às oscilações do poder. Portugal precisa de criar mais riqueza, de produzir mais e melhor. Precisamos igualmente de mais investimento público de modo a criar melhores condições para uma efetiva competitividade da nossa economia, designadamente:

- O investimento na ferrovia, como forma de facilitar o tráfego interno, as ligações à Europa e aos portos de mar com redução do impacto ambiental;
- A reestruturação do Estado, concertada com uma nova ocupação do território por pessoas, serviços públicos, bens e equipamentos e descentralização para os Municípios;
- A informatização e interligação dos serviços do Estado, promovendo a desmaterialização, a eficiência de processos e contribuindo para o combate à corrupção pela menor intervenção humana e rastreabilidade;
- ▼ A reforma do sistema judicial e da gestão dos tribunais para que as decisões judiciais sejam mais céleres e mais justas;
- A redução da atividade do Estado, enquanto prestador de serviços, designadamente na área da saúde e da educação, recorrendo mais à contratualização com entidades privadas e sociais e reforçando as competências do Estado na capacidade de contratar, no controlo da execução contratual, na regulação e na área da concorrência;
- Uma nova e libertadora política fiscal, mais simples e com mais estabilidade, como fator decisivo para a dinamização do investimento privado, nacional e estrangeiro.
- A ALIANÇA entende que a necessidade de mais recursos financeiros não resulta apenas das insuficiências da nossa economia. Há muito trabalho a fazer na organização dos serviços públicos, principalmente na área da Saúde, que carece de um funcionamento em rede de base distrital com unidades bem apetrechadas, em equipamentos e recursos humanos, aos vários níveis dos cuidados, desde os primários até aos continuados e paliativos e contando com a "capacidade instalada" dos setores privado e social.
- Para além de outras medidas na Política de Saúde, defendemos a generalização dos seguros, que contribuam para o financiamento do SNS, usufruindo da partilha do risco e proporcionando a liberdade de escolha dos cidadãos e assumindo o esforço financeiro necessário para dotar o País dessa rede.
 - A ALIANÇA defende a negociação com entidades externas, de um Plano Estrutural de Desenvolvimento, congregador de fundos europeus agora distribuídos por oito eixos e todo ele orientado para o crescimento real da nossa economia de modo a podermos alcançar, tão rápido quanto possível, as médias europeias. Precisamos de uma cultura de ambição com metas e objetivos bem escalonados no tempo e precisamos de uma cultura de gestão eficiente orientada para o longo-prazo.

Fazemos parte de uma União Monetária composta por Estados com níveis de desenvolvimento muito diversos, tendo alienado parte dos instrumentos de soberania também no domínio da política económica e financeira.

Somos parceiros de Estados com economias que competem com a nossa, tendo alguns desses Estados mais poder do que Portugal em decisões relevantes para o nosso presente e para o nosso futuro.

Precisamos de um período de transição em que as despesas de investimento essenciais para a alavancar a competitividade da nossa economia ganhar competitividade (a negociar com Bruxelas) não contem para o déficit e/ou de um apoio externo que garanta essas necessidades de investimento para que a economia cresça de modo sustentável, dando como garantia o Pacto Nacional para o Crescimento, assumido pelas várias forças políticas.

Afastamos os *déficits* irresponsáveis mas afastamos também saldos zero, artificiais, conseguidos à custa do empobrecimento, das cativações e da degradação completa dos serviços públicos essenciais.

A ALIANÇA defende a tal nova atitude em Bruxelas, comprometendo a Comissão Europeia e os outros órgão da União neste **Plano Estrutural para o Desenvolvimento** que aproveitará a Portugal, mas também aproveitará à Europa permitindo a renovação dos princípios da Coesão Europeia e demonstrando a força do Projeto Europeu num tempo em que alguns anunciam a sua desagregação.

O novo Governo e o novo Parlamento têm de seguir este rumo para Portugal não ficar para trás. Não podemos continuar a deixar passar os anos e as décadas, exercermos mandatos nos diferentes organismos e não enfrentarmos com lucidez a dura realidade de Portugal se ir afundando, nas escalas que medem a capacidade económica de cada País.

A ALIANÇA defende que é este o caminho que o centro-direita deve seguir. Não podemos continuar com a confrangedora ausência de pensamento estratégico sobre o presente e o futuro de Portugal.

Queremos continuar no projeto Europeu mas Portugal deve exigir uma posição e uma intervenção reparadora, com equidade e justiça e com a razão e a força que a nossa identidade, a nossa cultura, a nossa história e a nossa localização geopolítica nos permite reclamar, sem cerimónia e sem timidez!

Portugal tem o direito de reclamar a compensação dos custos da localização periférica da nossa economia Uma economia que cedeu à força dos grandes Países da Europa e internalizou as desvantagens competitivas das nossas empresas e dos nossos produtos, submetendo-se a maior dependência externa e contribuindo para o crescimento do produto e da riqueza dos parceiros europeus.

Não podemos continuar a aceitar uma economia de baixos salários, pouco exigente e excessivamente resignada. Está na hora de Portugal decidir e agir, mudando a sua maneira de estar e os termos do seu relacionamento. Só assim conseguiremos mais Progresso para o nosso País e mais Justiça para o nosso Povo.

As regras e as políticas europeias não podem mudar apenas quando não servem os interesses dos mais fortes, como é o caso alemão. Não foi para isso que nasceu o projeto Europeu e, sobretudo, a importância relativa dos Estados Membros não pode ser subjugada apenas à força do poder económico.

Lembramos o ano de 2004, quando o eixo Franco-Alemão, confrontado com um problema de finanças públicas, se apressou a desvalorizar a dívida e o défice orçamental, quando em momento imediatamente anterior, terem sido os Países mais intransigentes com Portugal, na exigência do cumprimento da meta dos 3%.

Queremos uma Europa mais coesa e mais solidária. A solidariedade, a defesa dos valores cristãos, a paz e a segurança não se medem em euros, mas são os valores que representam a maior riqueza fundacional do Projeto Europeu que, se ruir, não se reergue com facilidade.

Tão importante é a Alemanha para a Europa, por ser a locomotiva do crescimento, quanto é importante Portugal enquanto País importador dos produtos alemães, reduto de paz e segurança e elo identitário, cultural e linguístico para todo o mercado de língua oficial portuguesa.

O Projeto Europeu não pode ser pervertido pela supremacia material de uns Estados perante outros. Sem a correção das assimetrias entre as economias dos diferentes Estados, o comboio pode descarrilar de vez. Seja por onde for que o comboio passe, a bitola das linhas tem de ser equivalente, ou sai mesmo tudo dos carris.

A ALIANÇA quer que a coesão económica e social seja posta em prática e que seja respeitado o direito de os portugueses terem o nível de vida médio dos cidadãos europeus.

TRAVES MESTRAS

SAÚDE

UM SNS EFICIENTE E AO SERVIÇO DOS CIDADÃOS

O acesso à Saúde não é igual para todos os Portugueses. Uns podem escolher onde querem ser tratados, mas outros, os mais necessitados e frágeis, ficam limitados à capacidade de resposta do "prestador público" que está, neste momento, com um preocupante défice de capacidade para responder aos tantos e novos desafios na área da saúde.

A *ALIANÇA* defende a reorganização do Setor da Saúde de forma a transitar para um modelo assente na universalidade do seguro de saúde, incluindo a possibilidade de alargar a ADSE, a novos subscritores, com o objetivo de garantir a igualdade e celeridade de acesso a todos os Portugueses.

- Universalização dos seguros de saúde liberdade de escolha, responsabilizandose o Estado pelo pagamento do prémio de seguro às pessoas que se encontram isentas de IRS.
- O Seguro de Saúde terá um pacote base de coberturas, podendo ser maximizado por opção de cada cidadão.
- A semelhança dos prestadores privados, os prestadores públicos serão pagos pelos serviços de saúde prestados a coberto do seguro de saúde.
- Proteção da propriedade individual de dados de saúde, recorrendo à tecnologia Blockchain.
- Aposta na contratualização com as entidades públicas e privadas, com vista à disponibilidade do melhor serviço.
- Forte impulso à medicina preventiva, como forma de evitar a doença e à divulgação de um plano nacional de hábitos saudáveis.

DEMOGRAFIA / NATALIDADE / FAMÍLIA

UM ESTADO AMIGO DAS FAMÍLIAS

Num prazo de 60 anos Portugal terá 2,8 milhões de idosos e apenas 900 mil Jovens, o que representa uma redução de 35%.

Se nada for feito, na década de oitenta, Portugal terá um índice de dependência de idosos, em relação à população ativa, que será de 1 trabalhador para 3 reformados, uma relação insustentável para a organização social que hoje conhecemos e cujos objetivos queremos preservar.

De acordo com as estimativas do INE, em 2033, a população Portuguesa deverá ficar abaixo dos 10 milhões e, em 2080, Portugal terá menos 2,8 milhões de habitantes, com forte contribuição do número de jovens que se reduzirá de 1,4 para 0,9 milhões (-35%) e em sentido contrário os idosos que aumentarão (27%) num total estimado de 2,8 milhões de cidadãos.

É urgente agir nesta área, cujas políticas demoram décadas a produzir efeitos. A *ALIANÇA* propõe:

- Redução do IRS em função do número de filhos;
- Isenção do IMT na aquisição de primeira habitação para jovens até aos 30 anos ou casais com uma média de idade até aos 35 anos;
- Aumento das deduções das despesas de saúde e educação em sede de IRS;
- Mais apoio às Famílias com filhos portadores de deficiência;
- Criação de mais equipamentos para a primeira infância em articulação com as Autarquias e o terceiro sector, alargando a rede de ATL.

COESÃOTERRITORIAL, DESCENTRALIZAÇÃO E FERROVIA

PORTUGAL SOMOS TODOS

Queremos enfrentar e contrariar a desertificação, o despovoamento do território e o abandono do Interior, seja através de políticas fiscais incentivadoras do investimento em territórios despovoados, seja através da descentralização de entidades e serviços, aproveitando as oportunidades oferecidas pela "era do digital" que permite hoje ultrapassar as barreiras da distância física e derrubar constrangedores entraves burocráticos. O policentrismo das instituições de ensino superior e as economias geradas em seu redor são um bom exemplo do caminho que deve ser prosseguido para fixar as novas gerações nos seus territórios de origem. O Estado tem de assumir a responsabilidade de promover o desenvolvimento e a qualidade de vida em todo o seu território e assim propomos:

- Isenção das Portagens nas ex-scuts (A4, A6, A22, A23, A24 e A25) para residentes e empresas fixadas no interior;
- Descentralização, desconcentração e deslocalização efetiva de serviços do Estado para territórios de baixa densidade, e a dispersão de Ministérios apostando na "era digital";
- Implementação de um Plano Nacional de Revitalização e Modernização da Ferrovia de forma a garantir a mobilidade de pessoas, produtos e mercadorias, em todo o território, de forma ambientalmente mais adequada;
- Concretização de um Plano de Reflorestação do Território, em estreita colaboração com os Municípios, de acordo com as especificidades territoriais e incentivando os produtores à uma exploração florestal agregada e espacialmente equilibrada;
- Investimento no aumento da área de regadio como forma de potenciar a vocação agrícola dos territórios, sobretudo do interior, seguindo o exemplo bem sucedido da barragem do Alqueva, que foi verdadeiramente transformativo;

Aposta e defesa do turismo cinegético/caça, como atividade económica de base cultural e lúdica, competindo com a oferta de Espanha, que é geradora de fluxos financeiros muito importantes e contribuindo também para a defesa do território e do ambiente, através de uma organização e exploração equilibrada.

CORRUPÇÃO

ELIMINAR UMA CHAGA DA DEMOCRACIA

ALIANÇA defende que não pode haver tréguas nem molezas no combate à corrupção, doa a quem doer. Durante muito tempo, muitos de nós, recataram o debate sobre a corrupção por respeito à reputação internacional da Nação. Mas os factos ocorridos nos últimos anos não podem ser esquecidos. É preciso agir e tomar decisões políticas firmes, criando condições para que a Justiça funcione, não só com independência, mas também com a celeridade adequada à eficácia do poder que lhe está atribuído, de investigar e julgar.

A corrupção e o mau funcionamento da Justiça são ingredientes cuja combinação é fatal e está na origem da decadência da nossa Democracia e na falta de Liberdade que os Portugueses sentem, seja no acesso aos seus direitos, seja na incapacidade de reagir perante um Estado excessivo e opressivo. Assim é imperativo:

- Promover a transparência no Estado, adotando modelos abertos de governação e colaborativos que permitam aos cidadãos participar nas decisões políticas de que são destinatários e monitorizar todas as fases dos processos decisórios;
- Garantir que todas as grandes obras, investimentos públicos, autorizações ou licenças para o desenvolvimento de determinadas atividades industriais/comerciais em áreas estratégicas, ou de interesse nacional, são fundamentadas, atestando a relação custo/benefício e sendo, devidamente acompanhadas, pelos estudos económico e financeiros, de impacto ambiental e do seu contributo para a coesão territorial;
- Privilegiar o mérito no recrutamento de funcionários públicos e dos gestores dos dinheiros públicos;

- Imposição de sanções mais elevadas para reduzir o número de atos de corrupção;
- Proibição do exercício de cargos públicos para quem for condenado por corrupção;
- Controlo mais exigente da aplicação dos fundos comunitários.

CRESCIMENTO

E COMPETITIVIDADE

As reduzidas taxas de crescimento da economia Portuguesa, a baixa produtividade, o fenómeno da redução da natalidade, o aumento da esperança de vida são fatores que põem em risco a sustentação, a curto médio/ prazo, do Estado Social que tanto queremos preservar.

Entre 2001 e 2007 Portugal teve o pior nível de investimento da zona euro, o que foi agravado pela crise internacional a partir de 2008. De acordo com as estatísticas da AMECO o investimento real em Portugal foi negativo, -1,4% ao ano entre 2001/2007 e de -3,2% entre 2008/2016. Só o crescimento nos pode salvar e por isso a *ALIANÇA* propõe:

- Margens orçamentais utilizadas para desonerar as famílias e as empresas;
- Combate à economia de baixos salários;
- ★ Diminuição do gap salarial;
- Economia alicerçada na qualificação da mão-de-obra.
- Política fiscal estável e competitiva Estado deve descomplicar e criar confiança.
- Redução significativa do IRC, retomando o pacto para a reforma do IRC e reduzindo para os 17% já em 2022 e 12,5 % num prazo máximo de três anos e a dedução à coleta para mais-valias aplicadas nas próprias empresas

POLÍTICA

RENOVAÇÃO E ÉTICA

A *ALIANÇA* defende que Portugal tem de conseguir restabelecer a sua cultura, da prática dos bons valores e da ética, características da sua identidade, para reconquistar a reputação e prestígio de Portugal no Mundo.

Nas atitudes, nos comportamentos individuais e sociais, no relacionamento institucional, na conduta pública, no respeito e na solidariedade com o próximo e no exercício dos cargos políticos e públicos.

A Sociedade, os comportamentos das pessoas, são profundamente sugestionados por aqueles que exercem o poder. Por isso, quando o poder é exercido sem escrúpulos, com discricionariedade, sem respeito e sem mérito, a sociedade é perniciosamente influenciada. Uns deixando de acreditar e confiar, outros desanimando e, pior, outros mimetizando o mau exemplo, pela assunção de que tudo vale. Propomos:

- Limitação de mandatos para deputados e vereadores (12 anos);
- Reforma do sistema eleitoral (voto personalizado e adoção de círculos uninominais, com círculo nacional de compensação);
- Adoção de soluções digitais que aumentem o rigor e a transparência da conduta pública.
- Eleições à quinta-feira para combater a abstenção.

RECIPROCIDADE

PARA COM O ESTADO

O Estado Social que tanto queremos preservar e os modelos de redistribuição vigentes para acudir às mais diversas situações de carência não têm só virtudes. É próprio da

maturidade destas políticas gerarem, inadvertidamente, fenómenos de dependências injustificadas e abusos no acesso aos apoios sociais que, em última análise são pagos pelos contribuintes. A *ALIANÇA* entende que se deve rever o modelo e condições de atribuição do RSI de forma a garantir a eficácia social do mesmo e a justa reciprocidade na sua atribuição, assim propõe:

- Quem recebe RSI deve prestar algum serviço à comunidade;
- Maior transparência e controlo na atribuição dos subsídios do Estado;
- Atualização/Revisão dos acordos de cooperação entre o Instituto de Segurança Social e as IPSS's;

SEGURANÇA

UM PAÍS COM ORDEM E RESPEITO PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA

A *ALIANÇA* afirma que a Decência e a Ordem têm que ser restabelecidas. As Forças de Segurança existem para nos proteger e como tal têm que ser respeitadas, prestigiando as suas funções e especial estatuto. Portugal é um País com bons níveis de segurança, mas, por isso mesmo, é bom não esquecer que são as forças de segurança com a sua coragem e brio que que nos protegem, muitas vezes, nos bastidores de cenários que nem imaginamos, pelo que propomos:

- Proteção civil dirigida por entidade com estatuto igual aos reguladores;
- Aumento das remunerações e melhor esquema das progressões nas forças de segurança;
- Mais polícias no patrulhamento das ruas;
- Disponibilização de helicópteros em permanência nos portos de pescas;
- ★ Isenção do pagamento de fardas/material obrigatório ao exercício das funções.

EDUCAÇÃO

O MAIS DEMOCRÁTICO ELEVADOR SOCIAL

A Educação e a Qualificação dos Portugueses são os pilares indispensáveis para a transformação estrutural da nossa Economia cuja solidez depende de uma estratégia orientada para a massificação da educação, da investigação e inovação.

No contexto competitivo em que Portugal se tem que afirmar, é necessário ter talentos humanos, com competências diferenciadas, altamente preparados e especializados, para fazer face a uma economia global em permanente dinâmica e com desafios sempre novos.

A realidade é muito preocupante. Em Portugal 46% da população ativa tem, no máximo o ensino básico, o que contrasta com a média europeia que é de 18,5%, uma diferença de 27,5 pp, bem como preocupante é o abandono escolar, entre os 18 e os 24 anos que se cifra em 12%.

A *ALIANÇA* defende que este é mais um dos grandes desafios, que impõe a revisão da prática educacional que deve ser motivadora, assente na valorização e reconhecimento do mérito, do trabalho e da responsabilidade, comprometida com uma cultura empreendedora e de prática científica, assim a *ALIANÇA* propõe:

- Aposta nas novas tecnologias e no ensino digital em todo o ciclo de formação;
- ★ Valorização do ensino técnico, profissional e do ensino artístico;
- Maior autonomia das Escolas, com maior participação do corpo docente;
- Inclusão de disciplinas no âmbito da arte/música desde o primeiro ano de escolaridade;
- Valorização do papel e da autoridade do Professor;
- ★ Um Pacto de Regime que permita a estabilidade no sistema de Ensino.

COMBATE À POBREZA À EXCLUSÃO SOCIAL E APOIO À DEFICIÊNCIA

A *ALIANÇA* define o Combate à Pobreza e à Exclusão Social como as suas maiores causas, causas transversais a todos os domínios, e determinantes para colocar o País a crescer e a diminuir as disparidades sociais existentes. No total, 2,4 milhões de Portugueses vivem em risco de pobreza ou exclusão social.

Acreditamos que a pobreza existente em Portugal não é admissível e, sobretudo, não é uma fatalidade. Portugal pode, se quiser, se todos quisermos, erradicar a pobreza. A *ALIANÇA* tudo fará para que assim aconteça. É indecoroso e vexatório que, após 900 anos de história, séculos de conquistas e glórias e décadas de Democracia e depois de 140 mil milhões de euros recebidos de Fundos Comunitários: 12 milhões/por dia, durante 32 anos, Portugal permaneça pobre, com uma divergência inaceitável relativamente aos Países Comunitários, em rendimento *per capita*, equivalendo a 76% da média europeia, estando na 21ª posição no ranking dos 28 Países.

É fundamental abolir a pobreza extrema, a pobreza infantil e a pobreza de milhares de cidadãos que trabalham, contribuindo para a sociedade, e mesmo assim, permanecem na franja de sobrevivência (10,8% dos Portugueses que trabalham vivem em situação de pobreza).

O Estado, os sucessivos Governos, em maior ou menor grau, todos nós somos responsáveis: escolhas menos certas; prioridades menos corretas; políticas intermitentes; organizações mal geridas; corrupção; passividade e inércia. De tudo um pouco está na origem de mantermos hoje taxas de pobreza de 23,4% e um Portugal profundamente desigual.

O País não pode aceitar continuar com um rendimento *per capita* 75% da média europeia, nem com tão grandes desigualdades entre regiões do seu território. São níveis de desigualdade constrangedoras (20% dos mais ricos têm rendimentos 5,7 vezes mais elevados do que os 20% dos mais pobres).

Não teremos autoridade para determinadas exigências na União Europeia de apoio a uma maior coesão económica e social se não a praticarmos entre nós.

Diversos grupos sociais continuam a apresentar situações de vulnerabilidade, nomeadamente as famílias monoparentais (43% destes agregados familiares vivem em risco de pobreza ou exclusão social); as famílias com três ou mais crianças (40% destas famílias vivem em risco de pobreza ou exclusão social); os agregados familiares que estão excluídos do mercado de trabalho (599 mil pessoas); as mulheres (24% das mulheres encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social) e a população com menos de 18 anos (mais de 24% das crianças estão em risco de pobreza ou exclusão social).

Eliminar a pobreza é uma causa maior que apenas depende da vontade e das escolhas políticas por isso a *ALIANÇA* vai assumir esta Causa promovendo, se necessário, um acordo pluripartidário para a alcançar.

Porque primeiro estão as pessoas, de igual modo, também não compactuamos com qualquer tipo de ação/omissão ou fenómeno de exclusão social que possa impender sobre elas, independentemente da sua origem, condição, raça, etnia, religião, género e orientação sexual que impeça, limite ou condicione o seu acesso a direitos básicos essenciais, como a saúde, a educação, a habitação, o emprego e a cultura entre outros.

A *ALIANÇA* adotará medidas de inclusão social no sentido de promover a igualdade de oportunidades e a satisfação das necessidades de todas as pessoas, sem distinção, não permitindo que sejam excluídas a qualquer título e que não sejam dados os devidos apoios que lhes permitam a sua integração plena devida.

O Combate à pobreza e à exclusão social são uma causa transversal da *ALIANÇA*, balizando as seguintes medidas que elencamos como prioritárias:

- Princípio de liberdade de escolha, que permita mais descontos para sistemas complementares alternativos ao sistema público;
- Apoios de renda e cobertura integral dos medicamentos prescritos pelos médicos de família a quem viva abaixo do limiar de pobreza e tenha mais de 65 anos;
- Revisão global dos termos de resposta do Estado às solicitações das pessoas com deficiência ou necessidades especiais, de modo a garantir uma ação célere e justa nos apoios a conceder.
- Apoio à intergeracionalidade nos equipamentos sociais e no papel dos cuidadores familiares;
- Mais oferta pública/municipal de habitação, a preços compatíveis com os rendimentos dos agregados ou através da atribuição do subsídio de renda indexado a uma taxa de esforço máxima sobre o rendimento;
- Incrementar e diversificar os incentivos à contratação de pessoas portadoras de deficiência;
- Eliminação efetiva de todas as barreiras arquitetónicas.
- Adoção de soluções digitais que aumentem o acesso ao sistema financeiro por parte de muitos cidadãos atualmente sem acesso a serviços bancários.

MAR, INOVAÇÃO E CULTURA

TRINÓMIO FUNDACIONAL DA ALIANÇA

O Mar é o maior ativo natural estratégico português e está subaproveitado. A *ALIANÇA* defende uma nova abordagem política, económica e ambiental, que encare o Mar como centro de produtividade com aproveitamento estratégico de todas as suas potencialidades, através da incorporação da investigação, do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento tecnológico. Também a inovação e a cultura são recursos ilimitados que existem na génese identitária e na história secular de Portugal.

É com o sentido da sua preservação e proteção, mas também da sua valorização e aproveitamento estratégico que a *ALIANÇA* encara este trinómio, como fonte de riqueza nacional, pelo que a *ALIANÇA* propõe:

- Aposta na exploração dos recursos marinhos existentes na ZEE Portuguesa, no pleno respeito pelo Ambiente;
- Aposta nas novas tecnologias e nas sinergias entre Universidades/Centros de Investigação e Universidades;
- Respeito pelas tradições seculares do Povo Português;
- Adoção de um modelo diverso, criativo e sem preconceitos na divulgação da Cultura Portuguesa.

SOCIEDADE DIGITAL E SEGURA

UM NOVO PARADIGMA

A capacidade da tecnologia *Blockchain* vem gerar novas oportunidades de criação de valor na sociedade e na economia, viabilizando transações inteiramente seguras na Internet sem a intervenção de quaisquer intermediários. Assim, a *ALIANÇA* acredita que esta tecnologia digital pode reforçar a liberdade de escolha e a dignidade do Ser Humano.

Na verdade, a adoção da tecnologia *blockchain* vem ditando a transição da "Internet de Informação" (plataforma de partilha de informações) para a "Internet do Valor" (plataforma de transação de valores), devendo esta rede ser ainda mais disruptiva do que a anterior. Ora, a *ALIANÇA* quer Portugal na linha da frente na exploração das oportunidades criadas por esta mudança, pelo que propõe o seguinte:

- Aposta na transição para uma sociedade com cibersegurança e proteção da privacidade, respeitando a liberdade de acesso dos cidadãos à tecnologia *blockchain*. Importa evitar a intrusão do estado na esfera privada e também impedir a apropriação não autorizada dos dados dos consumidores por parte das empresas. Os cidadãos têm de poder encriptar livremente os seus dados pessoais, para não alienar a respetiva propriedade e garantir a privacidade individual;
- → Defesa de uma total liberdade de acesso dos cidadãos portugueses à Internet e aos serviços digitais. Há que respeitar o direito a usufruir de aplicações inovadoras para comunicar e negociar sem entraves na Internet, fortalecendo a liberdade individual e o crescimento económico;
- ★ Introdução de novas formas de participação dos cidadãos na vida política. A ALIANÇA rejeita um governo paternalista e quer abrir a decisão política à sociedade civil, utilizando a tecnologia blockchain para fornecer serviços de governança mais granulares, eficientes e descentralizados.

AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS- UM PROVEDOR PARA A NATUREZA, A FAUNA E FLORA E OS ECOSSITEMAS NACIONAIS.

NA DEFESA DO PLANETA

Portugal e o mundo estão confrontados com um dos maiores desafios de sempre. Os impactos das alterações climáticas são reais e com efeitos devastadores no ambiente e na sociedade. As alterações climáticas, traduzidas em frequentes inundações, furacões, amplitudes térmicas e outros fenómenos, têm causado enormes prejuízos ao país pela destruição visível de casas e estabelecimentos comerciais, estimando-se custos, desde a década de 80, superiores a 7 biliões de euros. Portugal se bem que pouco contribua para o fenómeno nem por isso deve deixar de estar na linha da frente dando o exemplo na proteção do ambiente através da adoção de políticas e medidas de ação prioritárias para mitigar os riscos, antes que a situação se torne irreversível. *ALIANÇA* propõe:

- Adoção de um novo paradigma de consumo sustentável que leve as pessoas a privilegiar a reutilização de materiais e a reciclagem evitando o desperdício e ineficiência;
- Aposta nos recursos naturais, num quadro de desenvolvimento agrícola e florestal;
- Gestão integrada das zonas costeiras;
- Valorização das energias renováveis;
- Redução da utilização do plástico descartável, com reforço da política de reciclagem.
- Apostar em mecanismos de *crowdsourcing* para facilitar a colaboração dos próprios cidadãos na deteção precoce de riscos e ameaças ao ecossistema.
- A Aliança propõe ainda, face aos perigos e incertezas que abalam o Mundo em termos ambientais, a criação de uma nova Autoridade que seja o garante da

proteção da natureza: O PROVEDOR DA NATUREZA, DA FAUNA E DA FLORA e DOS ECOSSISTEMAS NACIONAIS.

PORTUGAL NO CONTEXTO GLOBAL DO PROJETO EUROPEU À LUSOFONIA

Portugal é um País europeu e atlântico com uma projeção global herdada da história.

A nossa política externa assenta em três pilares essenciais: a) a Europa, como membros ativos da União Europeia e empenhados na construção europeia; b) o Atlântico, espaço geoestratégico essencial para a nossa projeção e segurança; c) a língua portuguesa, com a sua vertente humana, as comunidades portuguesas e o seu enquadramento político, como a CPLP e a Ibero América.

Queremos uma Europa que una os europeus, com princípios e valores, respeitando as identidades nacionais, e que tenha como objetivo maior a coesão económica e social, criando condições para a convergência e para que todos os europeus tenham acesso às mesmas condições de vida e às mesmas oportunidades.

O quadro europeu não esgota as relações bilaterais com os nossos principais parceiros à escala universal, que devem ser reforçados para equilibrar os riscos de diluição do papel da Europa no mundo.

Na vertente atlântica, a defesa e a segurança de Portugal assentam na NATO, e o reforço da Aliança Atlântica é um imperativo face aos riscos com a atual mudança dos paradigmas internacionais.

O Atlântico é também essencial para a nossa ligação aos Países que falam português e à consolidação e visibilidade da CPLP, que deve passar das palavras aos atos.

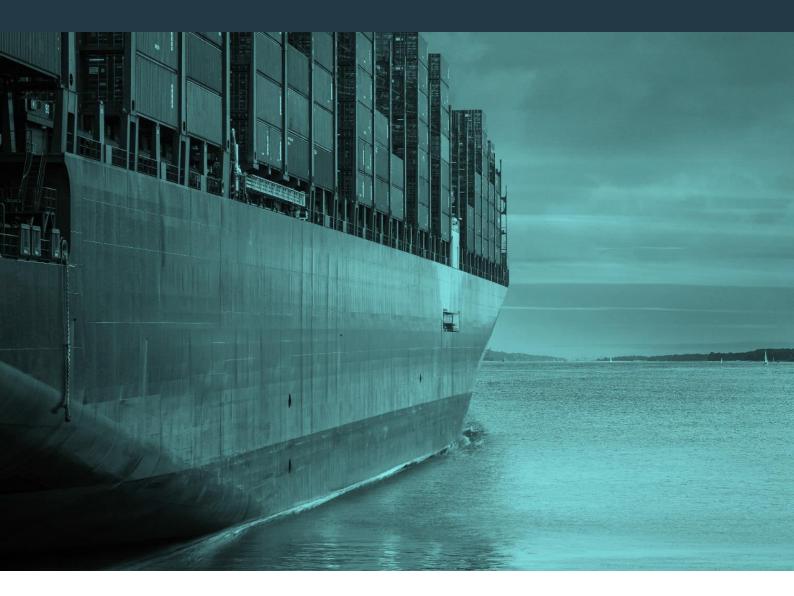
Também a defesa das comunidades portuguesas, espalhadas pelos cinco continentes são um imperativo ético e político que assumimos como um dos nossos objetivos prioritários, e que exige ações concretas e não meras declarações, e assim propomos:

- Atitude mais exigente nas negociações com a EU, na defesa dos interesses de Portugal;
- Renegociação dos Fundos Estruturais e do Orçamento Comunitário;
- Uma Europa aberta ao mundo, defendendo o multilateralismo, os direitos humanos e o direito internacional;
- Valorização da Língua Portuguesa como elo unificador e potenciador da "marca" Portugal.

O presente exige esta nova Atitude. A *ALIANÇA* sabe que a sociedade está em transição para novas formas de organização, com a edificação de uma sociedade cada vez mais preocupada com a cibersegurança e a proteção de dados pessoais dos cidadãos, sendo que neste processo as novas tecnologias terão um papel essencial.

PROGRAMA ELEITORAL ALIANGA

CAPÍTULO I CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E TERRITÓRIO



ECONOMIA E EMPRESAS

DUAS DIMENSÕES INDISSOCIÁVEIS PARA ALCANÇAR O PROGRESSO E A AMBIÇÃO SOCIAL

Portugal tem vindo a cair no ranking das economias europeias tendo passado do 17º lugar para 21º entre 2004 e 2018 (pib *per capita*) em consequência de um tímido crescimento económico e por uma evolução demográfica que acentua as dificuldades de sustentação do Estado Social que é nosso desígnio preservar.

Quanto ao investimento direto estrangeiro, que representa uma média de 4,8% no PIB entre 2010 e 2015, foi de apenas 2.1%. em 2018.

Entre 2001 e 2007 Portugal teve o pior nível de investimento da zona euro, o que foi agravado pela crise internacional a partir de 2008. De acordo com as estatísticas da AMECO o investimento real em Portugal foi negativo, -1,4% ao ano entre 2001/2007 e de -3.2% entre 2008/2016.

Apesar de uma conjuntura adversa, as Empresas Portuguesas provaram, no período de assistência financeira a Portugal, uma capacidade ímpar de ultrapassar as dificuldades, adaptando-se às exigências e alterações de um mercado interno em profunda contração. O aumento verificado nas exportações, em ambiente de profunda hostilidade, proporcionou saldos positivos da balança comercial e esta é a maior prova da resiliência e capacidade criativa e transformacional do tecido empresarial português.

Contudo, no último ano, 2018, o saldo positivo da balança comercial reduziu-se para metade devido ao aumento de impostos.

A *ALIANÇA* acredita, de forma convicta, nas Empresas Portuguesas, e na sua capacidade de iniciativa, como motores de uma economia mais competitiva, mais criativa e mais produtiva tendo como destino, sobretudo, a produção para o mercado externo.

Os setores que se revelaram mais dinâmicos serão, em princípio, os que apresentam um maior potencial de crescimento com destaque para aqueles cujo incremento médio nominal rondou os 6% devendo por isso constituir focos setoriais em que Portugal deve intensificar a sua ação nos próximos anos, designadamente: indústria automóvel; o setor do calçado e do têxtil; a agricultura, floresta e agroindústria; e a economia digital entre muitas outras.

Estes casos, com bom desempenho, devem servir de exemplo e motivação às empresas Portuguesas provando que Portugal pode crescer mais e melhor. Contudo, o ambiente económico é fortemente prejudicado, em razão de três principais constrangimentos que devem ser prioritariamente resolvidos: a) o nível e estabilidade fiscais; b) a morosidade da Justiça e c) a complexidade administrativa das instituições públicas.

A *ALIANÇA* entende que é necessário empreender um conjunto de políticas e de mudanças estruturais para que Portugal seja um destino de excelência para o investimento, destacando a competitividade fiscal em que Portugal compara mal com os Países, seus principais concorrentes, em termos de acolhimento de investimento estrangeiro.

Embora a taxa nominal de IRC de 21% esteja em linha com a média dos Países da OCDE, que é de 22,5%, se compararmos com a totalidade das taxas acessórias "*all in*" (taxa IRC, derramas e tributação autónoma) a situação inverte-se e Portugal apresenta uma taxa de 29,5%, mais 4,8 pp do que a média dos países que é de 24,7% (dados de 2016). A aplicação de taxas adicionais retira transparência às políticas públicas, e distorcem análises mais simplistas.

A *ALIANÇA* entende determinante afastar a economia de baixos salários e afirma que não é interessante para a economia nacional competir com base nas vantagens de preço baixo, mas sim através de produtos que incorporem mais valor acrescentado, obtido através do recurso a técnicas e soluções inovadoras e de mão-de-obra muito qualificada.

Só assim conseguiremos fatores de competitividade sustentáveis alicerçados em capacidades diferenciadas muito valiosas.

A *ALIANÇA* defende, com convicção, que Portugal pode crescer muito mais e atingir no médio prazo, melhores condições de vida e de bem-estar, para o que propõe as seguintes medidas e ações:

- Um Estado comprometido com o crescimento económico, transparente e exemplarmente eficiente que crie condições favoráveis às Empresas eliminando os constrangimentos de natureza administrativa que constituem a maior força de bloqueio da iniciativa privada.
- Uma Política Fiscal competitiva e estável que permita associar Portugal a uma marca de confiança e estabilidade
- Reduzir o IRC para níveis competitivos e deduzir à coleta as mais-valias aplicadas nas próprias empresas.
- Apoiar o Investimento Nacional e Estrangeiro maximizando as condições de apoio para localização em territórios mais desertificados.
- Promover o aumento do peso das exportações no PIB, orientando-as para mercados mais exigentes que requerem uma capacidade produtiva mais sofisticada e complexa promovendo uma diferenciação positiva, acedendo a mercados em que a qualidade e a excelência não está ao alcance de todos.
- Promover a dinamização do tecido empresarial sobretudo nas indústrias de bens transacionáveis, com intensidade tecnológica, através de uma forte ligação entre as PME e os centros de investigação e universidades, concorrendo massivamente aos Fundos e Instrumentos Financeiros da União Europeia (política interna), que historicamente são pouco aproveitados pela nossa Economia.

Promover uma estratégia de diversificação do tecido empresarial em sectores produtivos estratégicos com elevada componente tecnológica, com financiamento atrativo e com recurso a fundos da EU.

COMPETITIVIDADE E MODERAÇÃO FISCAL

COMO ESTÍMULO VIRTUOSO DO TRABALHO, DO INVESTIMENTO, DA INICIATIVA PRIVADA E DO CRESCIMENTO

A *ALIANÇA* defende que o Sistema Fiscal Português deve ser revisto e sujeito a um acordo pluripartidário que lhe garanta estabilidade num tempo longo.

A incerteza e a permanente alteração de taxas e benefícios, e a definição de regras ínvias que apenas respondem às necessidades de mais receita fiscal, são profundamente penalizadoras para as Pessoas e para as Empresas, e afastam os bons investidores que olham com dúvidas para um Estado pouco fiável quanto ao cumprimento das condições fiscais que estabelece.

A *ALIANÇA* afirma que a certeza jurídica e as legítimas expectativas dos contribuintes devem ser preservadas, como condição da competitividade fiscal do País.

As receitas do Estado em sede de IRC, na ordem dos 5.500 milhões de euros anuais, representam 31,4 % da receita de impostos diretos e têm subido de forma significativa nos últimos anos, 2015, 2016 e 2017.

Para 2019 há a expectativa de arrecadar a receita mais elevada de sempre, com um aumento de 12,5% face a 2018 e uma estimativa orçamental de €6.336,80M, mesmo considerando a dispensa de realização do Pagamento Especial por Conta definida no último Orçamento do Estado.

Mas esta receita aumenta, porque assenta em mecanismos criados em períodos excecionais — e como tal expressamente constituídos — que não foram, mesmo após decorrida a excecionalidade invocada, revertidos por este governo. O mesmo é dizer que a receita cobrada em IRC assenta em pressupostos que não deveriam manter-se atualmente, como é o caso da derrama estadual instituída em 2010 como medida excecional e transitória.

A competitividade do País nesta sede é reduzida. Basta atentar à classificação de Portugal no âmbito dos Países da OCDE quando considerado este imposto: Portugal apenas é suplantado por França quando analisada a taxa efetiva de IRC que incorpora IRC, derrama estadual, derrama municipal. Tal nem contempla a tributação autónoma, que tanto onera as Empresas e a sua atividade.

A taxa média de IRC na União Europeia é de 21,30%, o que significa que Portugal procurou ficar na média europeia quanto à taxa nominal (21% em geral, 17% para os primeiros €15.000), mas fixou taxas adicionais que representam mais 11,5 pontos percentuais.

Quando comparado com concorrentes diretos na captação de investimento (Espanha, por exemplo), Portugal tributa mais 6,5 pp para empresas de maior dimensão.

A *ALIANÇA* entende que a fiscalidade é um pilar importante para sustentar o crescimento das Empresas e para atrair investimento devendo Portugal colocar-se numa posição fiscal competitiva face a outros Países, pelo que defende as seguintes medidas:

- A redução gradual da taxa de IRC, retomando o trabalho levado a cabo pela comissão que procedeu a reforma do IRC destinada a promover a competitividade, o crescimento e o Emprego.
- A redução gradual da derrama estadual (que incide sobre o lucro tributável e não sobre a matéria coletável, ou seja, desconsidera eventual dedução de prejuízos de anos anteriores) e que varia entre os 3%, 5% e 9% consoante o lucro tributável seja até 7,5 M; 35 M ou superior a 35 M.

- A redução gradual da derrama municipal (até 1,5% do lucro tributável das empresas, ou seja, sem consideração de eventual dedução de prejuízos), e que representa hoje uma componente muito importante no orçamento dos grandes municípios (em Lisboa por exemplo, €98M, em 2017).
- A redução da participação relevante para efeitos de exclusão de tributação de lucros e reservas distribuídos, bem como de mais-valias e menos-valias com a transmissão onerosa de partes sociais, no sentido de incentivar o investimento.
- Alargar o período de reporte de prejuízos fiscais para 10 anos para as empresas que não sejam PME.
- Rever o regime o regime do IVA de caixa, para que o mesmo se transforme em regime funcional.

A receita líquida de IRS em 2017 foi de €12.230,1M, correspondendo a 66,7% da receita total de impostos diretos e 28,5% da receita fiscal global. Os anos de 2013, 2014 e 2015 foram anos de elevado crescimento desta receita em razão da "austeridade" sobre o trabalho e as famílias.

Para 2019, o OE contém uma previsão de receita de IRS de €12.905M, mais cerca de €762M em relação à previsão de 2018, um aumento de 6,2%.

De acordo com os rankings da OCDE, Portugal tem das taxas de IRS mais altas. E se fizermos uma análise comparativa "all in", ou seja, incluindo as contribuições para a Segurança Social, pode atingir taxas de 61%, o pior indicador da OCDE.

Como incentivar os contribuintes a ambicionar mais, a constituir família, a manter níveis razoáveis de consumo e ainda poupar, se mais de metade do rendimento do seu trabalho é para entregar ao Estado? E quando, adicionalmente, o Estado não retribui com a qualidade exigível o acesso à Saúde restantes serviços essenciais?

A *ALIANÇA* não se conforma com esta estrutura de tributação do trabalho e, por isso, defende e vai fazer um estudo aprofundado desta realidade no sentido de propor:

- A revisão dos escalões de IRS, aumentando o número e/ou alargando os seus limites e garantindo uma efetiva progressividade que contemple a realidade económica e social do País.
- A eliminação da taxa adicional de solidariedade, criada em 2012 com base em pressupostos extraordinários que não se verificam atualmente.
- O aumento das deduções fixas à coleta por dependente (hoje de €600,00) e ascendente (€525,00) e introduzir do quociente familiar, considerando a divisão do rendimento coletável por cada membro do agregado familiar, atendendo ao rendimento disponível com base na capitação do agregado.
- O aumento do limite máximo de deduções à coleta com despesas gerais e familiares (hoje de €250,00 por sujeito passivo), despesas de saúde (€1.000,00), de educação (€800,00). Na verdade, e no caso das despesas de saúde e de educação é de questionar a razão de limites tão curtos quando na verdade quem opta por um sistema não público, seja de educação ou de saúde, está efetivamente a ser tributado por uma despesa em que incorreu aliviando o sistema público.
- Revisão do regime simplificado de tributação, pelo menos repondo a situação vigente até 2017, que eliminou qualquer simplicidade do regime e trará, certamente, aumento de imposto a pagar já em 2019 por referência a 2018.
- Incentivar a efetiva poupança das famílias, revendo o imposto aplicável a rendimentos advenientes dessa poupança, principalmente num momento em que as taxas de juro são pouco mais de 0.

O aumento das deduções que se propõem, e outras que venham a ser acrescidas, assentam na convicção de que as mesmas podem ter um efeito incremental na arrecadação de receita fiscal porque motiva os cidadãos a exigir fatura em atividades que

ainda permanecem à margem da economia formal. Assim o aumento das deduções pode ter um efeito virtuoso tanto na receita fiscal arrecadada como no aumento do registo da atividade económica e do Produto.

Relativamente ao IMI a *ALIANÇA* assume o seu entendimento de que deter património não é necessariamente um sinal de riqueza. Com referência a este imposto municipal, a *ALIANÇA* assume a tarefa de um estudo aprofundado do mesmo e das implicações das suas alterações com as seguintes orientações:

- A revisão da tributação de prédios rústicos, concluindo o processo geral de avaliação dos mesmos, permitindo o alargamento da base de incidência tributária.
- A atualização automática anual do Valor Patrimonial Tributário.
- A revisão do VPT para valores mais próximos do mercado.
- Revisão do AIMI, em especial quanto ao valor de dedução de €600.000,00 após concretização da revisão do VPT acima referida.
- Revisão/Eliminação das isenções em vigor, designadamente quanto a organismos do Estado (incentivando a utilização racional de ativos) e partidos políticos.
- A isenção do IMT na aquisição de habitação própria permanente para jovens até aos 30 anos e casais com uma média de idade até aos 35 anos.

A *ALIANÇA* entende que se deverá voltar a discutir a redução gradual do IMT, em especial no Interior, sempre considerando o acautelamento dos seus efeitos sobre os orçamentos das Autarquias.

Em resumo, o sistema fiscal deve ponderar inovação e estabilidade porque sem previsibilidade, não há confiança nem sustentabilidade.

E a justiça fiscal tem que ser efetiva: quando o Estado persegue, através da sua máquina fiscal, a liberdade e credibilidade de cada cidadão e de cada empresa, então há que alterar as regras.

OMAR

FONTE DE RECURSOS, DE ENERGIA, DE EMPREGO E DE RIQUEZA

Portugal detém uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas do Mundo, sendo a 20^a com 1.727.408 km2, possuindo também a 15^a maior área SAR (Search&Rescue) com cerca de 5 milhões de km2.

Com a esperada aprovação da proposta portuguesa de extensão dos limites da plataforma continental o nosso território marítimo passará a ser de 3.887.408 km2, tornando-se num dos maiores a nível mundial.

Este ativo natural está subaproveitado representando apenas 3,5% do PIB. É urgente uma nova abordagem política que encare o Mar como centro de produtividade com aproveitamento estratégico de todas as suas potencialidades, através da incorporação da investigação, do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento tecnológico, que permitam a otimização de processos e serviços e a criação de novos produtos, aumentando a nossa capacidade exportadora e a riqueza nacional, no âmbito de uma política contínua de valorização e proteção do Mar e com respeito pelo equilíbrio ambiental.

Trata-se de potenciar o valor imenso do Mar Português, aproveitando toda a fileira industrial e produtiva que ele pode proporcionar. É crucial a adoção de um novo modelo de governação mais aberto e desburocratizado, com metas de crescimento ambiciosas, que integre uma política fiscal atrativa, um ordenamento claro e transparente e que garanta a regulação eficiente do setor, por forma a torná-lo apelativo para todos os agentes económicos.

Neste enquadramento, a *ALIANÇA* aponta algumas medidas:

- Elaborar uma Estratégia de crescimento orientada para o Mar que dinamize o Cluster do Mar Português, como instrumento agregador de empresas, centros de IDT, organismos da Administração Pública e outras associações, que abranja todas as atividades económicas ligadas ao Mar e envolva todos os agentes económicos, por forma a atingir metas substancialmente superiores do peso da economia do mar no PIB Nacional e a promover a sua competitividade.
- Potenciar a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo, dada a sua posição geoestratégica como país de referência no transporte marítimo internacional e na logística, promovendo a adaptação/ modernização das infraestruturas portuárias existentes para reforçar a sua competitividade com especial enfoque no Porto de Sines e no seu segundo terminal, aproveitando as oportunidades decorrentes do alargamento do canal do Panamá.
- Otimizar a exploração de todos os recursos marinhos desde os subsetores tradicionais como as pescas e a indústria naval até à energia, a aquacultura e a biotecnologia, através da inovação e do uso da tecnologia, alocando o saber dos centros de investigação e o conhecimento científico no desenvolvimento de uma indústria inovadora, criando uma verdadeira economia azul.
- Apoiar investimentos na área da biotecnologia e da exploração dos recursos genéticos do mar atendendo à sua importância para a indústria farmacêutica, cosmética e agroalimentar.
- Criar uma política integrada para a aquacultura desde a produção, à exploração e às questões de fiscalização e ambientais que aumente a oferta e as exportações.
- Aprofundar o potencial do Mar no domínio das energias renováveis, ligada ao aproveitamento das ondas que, sendo viáveis, deverão prosseguir de forma planeada e sustentável, com total respeito pelo ambiente, contribuindo para o aumento da riqueza nacional e para a diminuição da dependência energética do país.

- Proteger o mar e os recursos marinhos adotando uma estratégia de valorização ambiental que intensifique a despoluição dos oceanos e a preservação da fauna marítima, começando por reduzir a quantidade de plástico nos oceanos, visto que 80% do lixo marinho tem essa proveniência e prosseguir políticas de educação e sensibilização ambiental que induzam a adoção de novos comportamentos, designadamente: evitar descargas poluentes de qualquer tipo; contribuir para a limpeza das praias e adotar o uso de materiais descartáveis ou biodegradáveis, entre outros.
- Defender as zonas costeiras e as suas populações protegendo-as da erosão, do aumento do nível das águas do mar e das alterações climáticas, envolvendo a Administração Regional e Local, as Autoridades Marítimas e a Proteção Civil na elaboração dos instrumentos adequados de ordenamento, preventivos e repressivos, que definam zonas de risco e planos de atuação e salvaguarda, para além da natural proibição de construir em zonas protegidas e/ou de risco.
- Impor a criação de uma Zona ECA ao largo da nossa costa, por razões ambientais, de combate à poluição, bem como a imposição do chamado "Cold Ironing" em relação a Navios de Cruzeiro atracados nos nossos portos, impedindo a utilização dos respetivos motores. Isto, sem prejudicar o funcionamento dos seus sistemas internos que precisam de eletricidade a qual deve passar a ser recebida diretamente de terra, eliminando assim grande parte da poluição advinda dos motores em funcionamento que utilizam combustível.

COESÃO TERRITORIAL

UM IMPERATIVO ECONÓMICO E DE JUSTIÇA SOCIAL ESSENCIAL À PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Portugal é dos países da União Europeia que regista maiores assimetrias regionais. Cerca de 60% da população residente no continente português vive na faixa costeira até 25 km,

sendo que quase 50% da população se concentra nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Entre 1960 e 2016 a população residente no interior desceu quase 38%, enquanto a residente no litoral aumentou 52%.

A concentração da economia no litoral é demonstrada pelos números: 83% da riqueza produzida, 89% dos alunos do ensino superior e 89% das dormidas turísticas.

Nas últimas décadas os campos foram abandonados, a agricultura e as florestas desprezadas, as economias rurais familiares ignoradas e os territórios desprotegidos

E a verdade é que as políticas públicas não se têm traduzido em resultados concretos e eficazes na inversão desta tendência e o Estado nas zonas mais desertificadas continua a permitir o encerramento dos mais elementares serviços públicos, seja na área da educação, seja na área da saúde, com a agravante de ser nessas zonas que permanecem as pessoas mais idosas e mais desprotegidas.

A *ALIANÇA* assume a coesão territorial como uma causa cimeira. O combate à desertificação do Interior tem que se alicerçar numa nova visão e numa nova estratégia articulada entre o poder central e o poder local e em que o Estado aposte na criação da riqueza assegurando a sua distribuição em todo o território, promovendo a fixação de pessoas no interior.

As políticas da *ALIANÇA* para esta causa assentarão nas seguintes medidas:

- Incorporar a coesão territorial, como preocupação transversal, em todas as áreas da governação, impondo que políticas setoriais contribuam, sempre que possível, para o povoamento e para a criação de riqueza nos territórios mais despovoados.
- O Estado, através das instituições públicas responsáveis pela angariação do investimento externo − AICEP − deve considerar, cada vez mais, na negociação das contrapartidas do investimento estrangeiro a sua localização no território, induzindo assim políticas inclusivas para os territórios menos populosos e mais esquecidos.

- Criar políticas incentivadoras do investimento no interior, seja através da afetação privilegiada dos fundos comunitários a projetos dinamizadores e sustentáveis, seja através da captação de investimento externo com incorporação de mão-de-obra qualificada, por forma a criar âncoras de desenvolvimento nas economias locais desses territórios que criem emprego, gerem riqueza e fixem pessoas.
- Articular estas políticas com as Autarquias Locais, definindo as medidas e incentivos que se adequem a cada região, tendo em conta as suas particularidades, e que contribuam para a facilitação da instalação de atividades económicas e industriais concedendo especiais condições fiscais, promovendo economias locais fortes e a criação de emprego.
- Promover o desenvolvimento de atividades no setor primário da agricultura biológica, nas florestas e no ambiente, bem como a valorização dos recursos naturais, através do seu aproveitamento económico.
- Promover em articulação com o poder local a descentralização e deslocalização de serviços do Estado para o Interior, tendo em conta análises custo/benefício e critérios de eficiência, racionalidade económica e melhoria do serviço público, aproveitando as oportunidades oferecidas pela "era digital" que permite ultrapassar as barreiras da distância física.
- Propor no plano de investimento e das obras públicas, as que se entendam mais prementes para o desenvolvimento do Interior, como seja a requalificação das infraestruturas aeroportuárias, da ferrovia entre outras, canalizando os fundos comunitários necessários à sua execução.
- Defender a autossustentabilidade das localidades do Interior, garantindo às populações, a prestação dos serviços públicos essenciais, seja na saúde, na educação, na segurança e na proteção civil.

Reforçar benefícios fiscais para empresas e famílias que se fixem nas regiões do interior.

AGRICULTURA E FLORESTAS

EIXOS ECONÓMICOS INDISPENSÁVEIS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DA DINAMIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUNDO RURAL

Ao longo das últimas décadas assistiu-se a um desinvestimento muito acentuado na Agricultura, com a errada convicção de que se poderia prescindir da produção agrícola nacional e importar todos os produtos de que o país precisasse em termos agroalimentares.

A grave crise financeira e económica recente demonstrou que o equilíbrio da balança agroalimentar é um verdadeiro desígnio nacional e deve representar um objetivo consensual de todas as forças políticas.

A Agricultura é um dos setores fundamentais para promover o crescimento económico, o aumento das nossas exportações, a menor dependência alimentar, contribuindo, de forma decisiva, para o PIB nacional.

A *ALIANÇA* defende um apoio inequívoco às atividades agrícolas, como um setor central nas políticas públicas contribuindo para a reestruturação do Sector, apoiando com racionalidade o investimento necessário nomeadamente no regadio.

Um setor agrícola muito diferenciado e de muita qualidade, adequado às nossas caraterísticas, e que pode concorrer, em valor acrescentado, com a agricultura massiva em que outros Países se posicionam.

Portugal pode convergir mais no setor agrícola, com os seus parceiros europeus, em competitividade, assumindo um papel de destaque na negociação da reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

A competitividade agrícola de Portugal está diretamente associada/limitada neste setor pela existência de desvantagens nos custos de produção e operação de que são exemplos a energia elétrica, os combustíveis e os impostos, que têm de ser abordados com dura frontalidade.

A visão que a *ALIANÇA* defende para a Agricultura em Portugal está em linha com a causa assumida de defesa da coesão social e territorial, aproveitando as especificidades do nosso território e combatendo o despovoamento do Interior. Portugal beneficia de condições únicas ao nível do solo e do clima, sendo importante a criação de uma estratégia coerente com o ordenamento de todo o território, e em cooperação com os parceiros do setor e organismos públicos, nomeadamente as autarquias locais.

É fundamental maximizar a utilização dos fundos europeus no pressuposto de que a Política Agrícola Comum deve assegurar a cada Estado as condições para que a sua agricultura prospere, garantindo o aumento da produtividade e o rendimento dos agricultores.

A *ALIANÇA* afirma a necessidade de valorizar a Agricultura como componente fundamental do crescimento económico e setor intrínseco à matriz empresarial do país, num movimento de adaptação às novas tecnologias no respeito pelas raízes culturais do povo.

A *ALIANÇA* propõe a definição de uma política agrícola moderna em articulação com os agricultores, com base nas seguintes propostas:

Assumir uma posição forte na discussão do futuro da PAC, tanto a nível nacional, como junto das instituições comunitárias e garantir uma maior convergência nos pagamentos entre Portugal e a maioria dos Estados Membros.

- Executar a totalidade dos fundos comunitários do 1º pilar da PAC, permitindo o seu pagamento ao ritmo das produções agrícolas e agilizar a Política de Desenvolvimento Rural (2º pilar), alicerce da atividade agrícola, na manutenção e na gestão das explorações agrícolas e florestais, criando um ambiente sustentável e protetor da biodiversidade.
- Executar o programa nacional de regadios, com o objetivo de concretizar com celeridade os empreendimentos hidroagrícolas e apostar num programa nacional de regadios privados definindo um plano nacional de gestão da água que maximize o uso eficiente das reservas de água no subsolo.
- Promover a criação de um programa de apoio às exportações e à internacionalização das empresas agrícolas e agroindustriais, que muito têm contribuído para o aumento do PIB nacional e atrair jovens agricultores para o setor, hoje com formação nas novas tecnologias o que constitui uma base para o desenvolvimento das condições empresariais.
- Apoiar a pequena agricultura e a agricultura familiar como forma de preservar a nossa identidade e a nossa cultura, contrariando o abandono das zonas rurais, e assegurando o justo desenvolvimento de todo o País de forma equilibrada e diversificada.
- Incentivar a agricultura biológica, amiga do ambiente e de excecional qualidade preparando o setor para responder à procura crescente destes produtos.
- Propor uma reforma de longo prazo para o setor florestal, privilegiando as espécies autóctones, respeitando os valores da proteção da natureza, e contribuindo para a redução do carbono, combatendo as alterações climáticas e evitando os fogos florestais, de modo a que a atividade florestal seja economicamente viável para os produtores.
- Manter a sustentabilidade ambiental como transversal as todas as políticas implementadas e a implementar para o setor agrícola.

TURISMO

A CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO DE UM SETOR ESTRATÉGICO PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

Portugal tem conquistado os melhores e maiores galardões internacionais no setor do Turismo, sendo sucessivamente reconhecido como o melhor destino turístico, prémios que se estendem à várias cidades do Continente e Ilhas, o que tem contribuído para o crescimento sucessivo das receitas deste setor.

O turismo contribui, diretamente, para cerca de 8,2% do PIB, uma contribuição invulgar, no universo dos países desenvolvidos, sendo apenas ultrapassado pela Espanha que lidera com o turismo a contribuir com 11% para o PIB espanhol.

Este setor representou em 2018 18,6% das exportações portuguesas e 52% das exportações no setor dos serviços, tendo registado um contributo de 8,2% no PIB. As exportações de viagens e turismo cresceram, em 2018, 9,6% (uma redução face aos 19,5% de 2017) mas, ainda assim com um encaixe de receitas de 16,6 mil milhões de euros. Em Portugal, o turismo conta com 120 mil empresas e gerou 329 mil empregos, que representa 6,7% na economia nacional.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o setor tem sido fundamental para a recuperação da economia portuguesa, contribuindo para o crescimento das exportações e para a criação de emprego, sendo que um em cada cinco empregos é gerado pelo Turismo.

Com este enquadramento e atendendo a que é um setor com forte contributo na economia portuguesa, mas sujeito a variáveis de contexto internacional, é fundamental apostar numa estratégia que potencie e consolide o Turismo, assegurando a sua sustentabilidade no futuro, designadamente:

- Dotar o País de infraestruturas aeroportuárias capazes de darem resposta à procura. Em 2017 Portugal perdeu um milhão de turistas, por falta de capacidade do Aeroporto de Lisboa. É urgente e de interesse nacional o alargamento desta infraestrutura, bem como a otimização do Aeroporto de Monte Real, designadamente para o turismo religioso e do Aeroporto de Beja, com contributo indireto para a Coesão territorial.
- Alargar as ligações aéreas existentes, promover o turismo de negócios e a marca Portugal Tecnológico e Empreendedor, aproveitando o "Web Summit", por forma a captar diferentes mercados de origens para além do Europeu, aumentando o volume de atividade turística.
- Qualificar os Recursos Humanos do setor, adaptando a oferta curricular às exigências da procura, quer no secundário, quer no ensino superior, bem como no domínio do ensino técnico e vocacional.
- Promover, em colaboração com as Autarquias, a diversificação da oferta turística, combatendo a sazonalidade, com especial relevo na promoção do Interior, privilegiando o turismo da natureza, o turismo cultural e patrimonial, gastronómico e vinícola, o turismo da saúde e o turismo religioso, concebendo rotas, produtos, serviços e experiências novas e diferenciadoras, demonstrativas da gastronomia, das tradições, dos costumes e dos valores históricos, culturais e naturais, com capacidade para atraírem turistas todo o ano contribuindo para a dinamização das economias locais e para a valorização dos seus recursos endógenos.
- Apostar no Turismo Cultural, com uma oferta diferenciada assente na cultura, na história e património com oferta de turismo de experiências e promover o Turismo da Natureza, designadamente a caça e pesca desportiva em que Portugal oferece boas condições para concorrer com o destino Espanha, aproveitando para contribuir para a política ambiental, promovendo a renovação das espécies e o repovoamento da fauna.

Promover o turismo de saúde e de bem-estar através da reabilitação das zonas termais oferendo produtos de reabilitação física cada vez mais procurados e em que Portugal tem vantagens comparativas reconhecidas e inegáveis.

URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

CONCRETIZAR POLÍTICAS QUE AFASTEM O CONCEITO DE LITORAL E INTERIOR

A *ALIANÇA* defende uma política de urbanismo e do ordenamento do território nacional capaz de reverter as práticas nefastas das últimas décadas, resolvendo a divisão entre Litoral e Interior, o crescente processo de desertificação, a adoção de medidas descentralizadoras e a requalificação do espaço público.

As cidades do futuro precisam de políticas de nova geração. As cidades querem-se "inteligentes", plurifuncionais, requalificadas, dotadas de um parque habitacional inclusivo e com adequadas redes de transportes e de infraestruturas adaptadas e funcionais.

A *ALIANÇA* assume um conjunto de propostas que serão referência na construção das políticas públicas na área do urbanismo e do território:

- O conceito de um Litoral Expandido, aproveitando a vocação marítima do País, com reforço das políticas do Mar, invertendo a visão de um país dividido entre Litoral e Interior. Muitas das atividades económicas e organismos da administração de âmbito central, ou inclusive costeiro, podem ser deslocados, fixados em locais do País que não distem muito da frente litoral.
- Circunscrições Administrativas descentralização o poder local, tendo nas Autarquias um instrumento soberano de proximidade com as populações e salvaguarda do território, assume um papel assinalável em termos de ordenamento,

reforçando os valores da solidariedade territorial, cujas circunscrições não serão postas em risco: os municípios são património político-social.

- Promover a descentralização de atividades e serviços, sediando-os em comunidades intermunicipais, ou outras áreas metropolitanas, que não as de Lisboa e do Porto, organizadas segundo um desenho que agregue frente litoral e territórios fronteiriços. Outras agremiações serão tentadas, em projetos-piloto, sem prejuízo para com a continuidade territorial, tal como a geminação, ou associação em redes, de vilas, cidades e outros centros populacionais, com propósitos de desenvolvimento económico-social, e de acordo com afinidades próprias.
- Cidades Inteligentes: usos informados − a disseminação de sistemas de informação integrados e a monitorização, em tempo real, de usos e utilizadores dentro do espaço urbano, permite uma gestão mais eficaz das interações sociais, contribuindo para melhorar a qualidade de vida nas cidades.
- Centros Urbanos: requalificação do espaço público e cidades plurifuncionais as exigências de utilização do espaço público nas cidades e sociedades contemporâneas comportam uma utilização desigual de equipamentos, nem sempre bem gerida, levando a fenómenos de degradação e segregação urbana, ou a vastas áreas monofuncionais sob interesses não públicos.
- Simplificação dos processos de licenciamento de obras de recuperação de edifícios destinados a habitação permanente em propriedades agrícolas, como forma de incentivo ao repovoamento do interior.
- Zelar pela melhor manutenção do espaço urbano, com estratégias de requalificação do edificado, e de diversificação económica, programática e funcional, contribuindo para o descongestionamento, as boas práticas e o desenvolvimento.
- Habitação, a justiça urbana e a integração social. Apesar dos benefícios que o turismo traz à economia do país, e das cidades históricas em particular, há que garantir que estes não se tornem fatores de exclusão social e abandono das cidades, lançando-as ao uso de populações flutuantes e deixando-as à mercê de interesses especulativos.

As políticas têm que acautelar a fixação das populações nos centros históricos e nos bairros tradicionais, através de programas de apoio e da utilização do património público edificado.

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, corpos inalienáveis da identidade nacional, merecem o aprofundamento do instituto da autonomia governativa e administrativa, combatendo s constrangimentos da insularidade, com estratégias de organização do território adaptadas, e reforçando a ligação umbilical com o Continente e garantindo a sua mobilidade a custo comportável.

OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES.A FERROVIA.

COMPROMISSOS POLÍTICOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A *ALIANÇA* defende uma política de obras públicas e transportes que garanta as adequadas e necessárias infraestruturas, para o desenvolvimento do País, projetadas para um horizonte de médio longo-prazo, concertadas num plano de compromisso pluripartidário, que impossibilite, no futuro, as aventuras, por vezes, irresponsáveis feitas ao longo das últimas décadas, utilizando o erário público conforme vontades, conveniências, interesses, calendários ou caprichos.

A *ALIANÇA* rejeita em absoluto que as obras estruturantes do País possam ser projetadas, planeadas e executadas sem o prévio entendimento entre os partidos políticos e com base em estudos técnicos credíveis que demonstrem a necessidade e o interesse económico, social ou estratégico que lhes está subjacente.

A ALIANÇA defende as seguintes propostas políticas:

A aposta na Ferrovia. Depois de décadas de investimento em infraestruturação rodoviária, a qual incentivou e proporcionou a mobilidade em transporte automóvel individual, deve retomar-se a rede ferroviária nacional, regional, suburbana ou metropolitana.

- O transporte ferroviário é não só ambientalmente mais sustentável, como tem, ao nível da coesão territorial, um efeito agregador, fruto de uma distribuição espacial que só um desenho em rede garante.
- Melhoria da rede ferroviária em todo o País através da eletrificação e renovação do material circulantes permitindo a eficaz utilização para passeiros e carga.
- Os Portos são plataformas globais, que incluem os terminais de carga ou de passageiros, com um papel relevantíssimo na atividade portuária, que devem ser alvo de empenho político criando melhores condições para o seu integral aproveitamento, atendendo ao impacto que podem trazer à economia do País, bem como à economia das cidades portuárias, com frentes ribeirinhas, podendo ser usufruídas como sítios cosmopolitas e multiculturais.
- Recuperar e reabilitar o parque de infraestruturas construídas, reconvertendo os equipamentos que se se encontram desadequados à sua primitiva função, dando-lhes uso alternativo, aproveitando o valor económico que encerram.
- Adotar uma nova atitude e cultura de manutenção e conservação das infraestruturas públicas dos mais variados setores: estabelecimentos de educação; saúde; estradas; obras de arte; barragens e outras, assegurando a longevidade das mesmas, conservando e tirando proveito máximo do investimento, com responsabilidade e, garantindo, em simultâneo a segurança da sua utilização por parte dos cidadãos.
- A ALIANÇA defende políticas de planeamento da conservação preventiva permanente dos equipamentos públicos, colmatando o desgaste próprio da sua utilização e aumentando o prazo de vida útil dos mesmos, evitando investimentos novos e precoces decorrentes do seu uso. Este é um tema económico, mas também ambiental que deve ser adotado e praticado em todas as infraestruturas e equipamentos de utilização pública.

AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ECONOMIA CIRCULAR.

UMA PRIORIDADE ABSOLUTA

O Ambiente é um valor inestimável que tem de ser abordado numa perspetiva integrada e transversal, assumida com responsabilidade, em todas as decisões políticas setoriais e de forma muito participativa por parte de todos os Portugueses.

Portugal e o mundo estão confrontados com um dos maiores desafios de sempre. Nos últimos anos, têm-se intensificado fenómenos meteorológicos adversos, com amplitudes térmicas a ultrapassar largamente os valores históricos, bem como alterações no padrão da precipitação, com chuvas muito intensas num curto período de tempo, causando inundações e outros períodos de secas prolongadas. Esta tendência tem-se acentuado na última década. Os invernos estão mais curtos e as ondas de calor mais fortes e frequentes, originando incêndios que consomem cada vez mais e maior área florestal, causando elevados índices de mortalidade.

As alterações climáticas, traduzidas em frequentes inundações, furacões, amplitudes térmicas e outros fenómenos, têm causado enormes prejuízos ao País pela destruição de património edificado, indústrias, comércio e explorações agrícolas, estimando-se os custos incorridos, desde a década de 80, em cerca de 7 biliões €. Trata-se de um fenómeno global, de dimensões imprevisíveis, mas com consequências certas, na subida do nível do mar, na redução das reservas de água, na extinção de espécies animais e vegetais, entre muitas outras.

Portugal se bem que pouco contribua para o fenómeno, atendendo à sua dimensão, será tão afetado nas consequências como qualquer outro país devendo, também por isso, assumir um papel de responsabilidade e de relevância na adoção de políticas e comportamentos, que contribuam para contrariar o processo de agravamento do aquecimento global.

A redução da emissão dos gases, com efeito de estufa, é uma prioridade científica, por ser uma das origens do continuado aumento das temperaturas, resultantes do modo de vida que adotamos, no modo e na forma como interagimos com a natureza, como nos afirmamos como ser humanos na sociedade e até decorrente da nova ordem económica, a era da globalização.

A *ALIANÇA* defende a adoção de políticas e medidas de ação prioritárias para mitigar os riscos, e prevenir as atividades, os processos e os hábitos que contribuem em maior ou menor escala para o fenómeno das alterações climáticas, antes que a situação se torne irreversível e os seus impactos catastróficos, designadamente:

- Promover campanhas de sensibilização nacionais com o apoio das instituições públicas e privadas dos diversos sectores de atividade na adoção de práticas e hábitos de consumo que reduzam a quantidade de lixo produzido e a utilização de materiais de difícil decomposição como é o caso dos plásticos descartáveis.
- Apoiar políticas de reciclagem e a economia circular, promovendo a transformação de materiais não reutilizáveis em novos produtos suscetíveis de nova utilização diminuindo ineficiências e a quantidade de resíduos a depositar.
- Promover práticas de consumos sustentáveis reduzindo, reutilizando e minimizando o desperdício de materiais e produtos, através da criação de uma rede nacional de pontos de recolha com disponibilização massiva de contentores que permita aos consumidores efetuar o depósito de materiais e bens de que não precisam promovendo a sua reutilização.
- Fomentar a criação de lojas e centros comerciais exclusivamente dedicados à venda em segunda mão de bens e produtos suscetíveis de nova utilização, designadamente os provenientes de pontos de recolha, de reciclagem e/ou da sua transformação em novos produtos e bens que ganham assim uma segunda vida e a preços bem mais competitivos. Com esta medida dinamiza-se a mão de obra nacional, o talento e a criatividade, designadamente de designers e criativos e fomenta-se a inclusão social.

- Incentivar o desenvolvimento e a inovação em produtos e novas tecnologias que promovam, respetivamente, a utilização de matérias-primas mais ecológicas e equipamentos energeticamente mais eficientes
- Rever a legislação e criar regulamentação que limite a utilização massiva de préembalados e a utilização de sacos de plástico não reutilizáveis, incentivando a aquisição de bens e produtos a "peso" e a disseminação de uma cultura social adversa à agressão e preservação da natureza.
- Divulgar nos rótulos dos produtos embalados o tempo de decomposição dos materiais utilizados nas embalagens, promovendo a consciencialização dos consumidores e incentivando os produtores a usarem materiais alternativos e degradáveis.
- Transformar as grandes urbes em cidades verdes e eficientes, através da requalificação gradual do espaço público e de edifícios, com materiais amigos de ambiente, privilegiando os materiais reciclados, a iluminação alimentada por energia solar e a utilização das águas pluviais para rega dos espaços verdes.
- Incentivar e apoiar a construção de edifícios verdes, mais eficientes e inteligentes, privilegiando soluções arquitetónicas que aproveitem a luz solar para o aquecimento e iluminação natural, apostando nos painéis solares, em coberturas ajardinadas e na instalação de equipamentos e materiais eficientes, nas janelas, no ar condicionado, no aquecimento e na iluminação.
- Promover a utilização dos transportes coletivos nas deslocações urbanas, melhorando a rede de transporte coletivo, e a criação de parques de estacionamento "low cost" na periferia dos centros urbanos, incentivando a economia de partilha e o "carsharing".
- Adotar práticas de mobilidade sustentável. Descarbonização do setor dos transportes com a utilização de veículos elétricos e também na administração pública, reconvertendo o parque de viaturas do Estado.

- Criar um regime jurídico eficaz de descontaminação dos solos através do mapeamento das áreas contaminadas e da adoção de medidas de remediação no sentido de reduzir/eliminar a existência de resíduos e lixo tóxico, designadamente pesticidas, como salvaguarda dos lençóis freáticos e dos recursos hídricos em prol da cadeia alimentar e da saúde pública. Esse regime deverá ser acompanhado de medidas preventivas, fiscalizadoras e sancionatórias, bem como de um regime de monitorização que permita avaliar em permanência os processos de descontaminação privilegiando a utilização de materiais reutilizáveis e recicláveis e a prática constante da reciclagem.
- Aumentar a eficiência hídrica, impondo as empresas de distribuição de água em baixa a redução drástica das perdas de água nas redes de água potável, que em alguns Municípios atingem os 50%, contribuindo para a sustentabilidade na utilização dos recursos.
- Promover políticas de planeamento, controlo e eficiência na utilização dos recursos hídricos que integre designadamente o aproveitamento das águas pluviais para rega e limpeza ou mesmo para abastecimento depois de devidamente tratada.
- Rever a política de recolha de resíduos sólidos urbanos controlando de forma mais eficaz a devida triagem e adotando penalizações fortes para a mistura indevida de lixos com fins diversos sobretudo ao nível dos estabelecimentos comerciais e restauração, grandes produtores de lixo.
- Na gestão de resíduos, promoção de níveis ambiciosos na reciclagem e reutilização de resíduos, com a redução em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis e aumento para níveis ambiciosos de reciclagem e reutilização de resíduos, promovendo uma economia mais circular.
- Promover num prazo curto um plano de desmaterialização dos processos nas Empresas, Serviços e Administração Pública de forma a reduzir drasticamente o consumo desnecessário de papel.

- ▼ Valorizar os recursos naturais num quadro de desenvolvimento agrícola e florestal com a adequada conservação da natureza e a gestão integrada das zonas costeiras.
- Conciliar a atividade das unidades de produtivas com a conservação e proteção do Ambiente, fazendo cumprir toda a legislação ambiental, preventivamente, seja na aplicação e controlo dos normativos legais para o tratamento e destino final dos resíduos indústrias.
- Concertar as atividades rurais, agrícolas, pescas e caça com a necessária reflorestação e repovoamento das espécies com o devido controlo ambiental.
- ▼ Promover uma melhor gestão das florestas e apoiar projetos de reflorestação por forma a aumentar a área florestal existente aumentando a absorção de CO2.
- Concretizar projetos de requalificação ambiental das lagoas costeiras e de outras áreas degradadas, regenerandas as praias e os sistemas dunares sempre com uma preocupação equilibrada de valorização ambiental.

POLÍTICA ENERGÉTICA UMA CULTURA DE EFICIÊNCIA

A competitividade das empresas Portuguesas e o rendimento disponível das famílias depende do acesso universal a energia elétrica, a preços justos e sustentáveis em termos económicos e ambientais respeitando o equilíbrio intergeracional, ou seja, não adiando para as gerações futuras, o custo financeiro das políticas presentes.

A União Europeia definiu como meta, a redução das emissões de gases com efeito de estufa, até 2050, para um nível 80% inferior aos verificados em 1990. Portugal, tem o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050 garantindo, em simultâneo, a qualidade no transporte e distribuição de energia e a segurança no aprovisionamento energético e com preços eficientes, que não comprometam a competitividade das empresas.

Este objetivo só será possivel com a conversão das atuais tecnologias para soluções livres de emissões de gases com efeito estufa (conversão das atuais centrais de produção a carvão e gás natural) para tecnologias de produção mais limpas e a descarbonização do setor dos transportes, com a conversão gradual para veículos elétricos.

As energias renováveis são o principal agente na descarbonização, contudo o recurso a tecnologias eficazes é condição necessária para que estas se materializem em soluções economicamente eficientes.

É fundamental procurar uma base sólida, dinâmica e economicamente eficiente para o nosso mix energético, equilibrando todas as vantagens para o ambiente e para a economia, que são apanágio das energias renováveis, mas sem descurar e monetizar todos custos associados ao seu recurso e indisponibilidade, próprias da sua natureza volátil, como é o caso das eólicas.

Em 2018 Portugal situou-se como habitualmente entre os 9 Países da Europa com preços de eletricidade mais elevados para utilizadores industriais, e entre os 6 com preços de eletricidade mais elevados para os utilizadores domésticos.

Considerando a análise em paridade de poder de compra, Portugal foi, em 2018, o País número 1º com preços de eletricidade mais elevados de toda UE para utilizadores domésticos, tendo ficado em 12º lugar da lista dos preços mais elevados para utilizadores industriais e que compara com a posição de 16º de Espanha que partilha com Portugal o Mercado Ibérico de Energia (MIBEL).

Esta comparação evidencia que Espanha, ao contrário de Portugal, preocupa-se em proteger o tecido empresarial adotando preços com uma diferença de 20% face a Portugal.

A *ALIANÇA* defende o estudo e revisão da política energética nacional, com forte envolvimento de todos os parceiros políticos e regulador, encontrando uma equação económica que abranja todas as componentes que permita encontrar um novo

paradigma energético que sirva os superiores interesses do País, nomeadamente da competitividade das Empresas Portuguesas.

Concretizando a ALIANÇA propõe:

- Rever a atual legislação e criar regulamentação ao nível de eficiência energética e energias renováveis de forma a cumprir a estratégia para a descarbonização até 2050.
- Reforçar o peso das energias renováveis no mix energético nacional, reduzindo a dependência externa deste setor, sem recurso a mecanismos de subsidiação que não se destinem à correção de falhas de mercado, para investimentos desta natureza, cuja rentabilidade deve ser alcançada em regime de mercado.
- Apostar nas medidas de eficiência no consumo de energia elétrica, no sector privado e na administração pública, estimulando-as através de boas práticas e eliminando barreiras, técnicas e económicas, à adoção de técnicas, processos e equipamentos mais eficientes.
- Promover as energias renováveis como pilar fundamental na sustentabilidade do sistema energético. O aumento previsível da procura de energia e a necessidade de Portugal reduzir a sua dependência externa, exigem uma revisão do quadro legislativo, sem perder o fito da sustentabilidade económica do sistema, que se exige de forma integrada.
- Promover a eficiência energética na administração pública, nas empresas e nas habitações, com a orientação de fundos comunitários para programas estruturantes para o aproveitamento da energia solar.
- Promover o autoconsumo de energia, retirando capacidade da rede de distribuição e reduzindo as necessidades de investimentos consideráveis no reforço da rede de distribuição e minimizando as suas perdas.

- Promover projetos de concessão na gestão da energia das infraestruturas da Administração Central e Local, garantindo uma eficiência na utilização dos recursos e com reduzidas necessidades de investimento público.
- Incentivar o desenvolvimento e inovação em novas tecnologias e que promovam uma utilização mais racional e sustentável de recursos e incentivar a utilização de equipamentos eficientes.
- Incentivar a transação de excedentes energéticos entre os próprios cidadãos em regime de autoconsumo, garantindo as transações mediante a utilização de redes equipadas com a tecnologia *blockchain*.

TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÕES

UMA REALIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

A realidade do trabalho está em profunda mudança e a inovação, nomeadamente a tecnológica, está a gerar uma alteração profunda nas profissões e nas competências necessárias ao mundo do trabalho.

A substituição do trabalho das pessoas por computadores e a robotização, não é ficção, é uma realidade. O avanço tecnológico e a pressão para a redução dos custos de produção favorecem, cada vez mais, a automatização.

A comunicação tornou-se instantânea e deixou de haver distâncias. Esta nova realidade vai acentuar-se rapidamente e por isso é preciso estudar e visionar, com antecipação, quais vão ser os empregos de amanhã, os empregos do futuro.

E esta alteração de paradigma no mercado de trabalho reflete-se, concretamente na desadequação entre a oferta e a procura de trabalho.

É uma realidade complexa, incerta e que está presente em todos os Países e que vai necessitar duma clara adaptação do modelo de educação e de aquisição de competências que terão de evoluir, preparando-nos para um novo paradigma em que as profissões podem ser dinâmicas ao longo da vida de cada um.

A *ALIANÇA* tem como prioridade o crescimento económico, a competitividade da economia nacional e do emprego, o que pressupõe um reforço da produtividade e da qualificação dos recursos humanos.

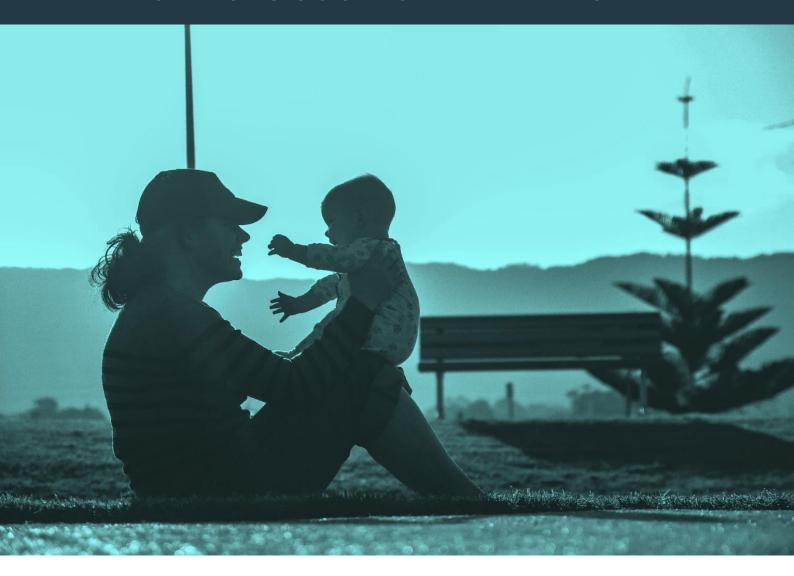
As políticas do emprego têm que ser, cada vez mais orientadas, para o investimento na formação ao longo da vida, com o grande objetivo de combater o desemprego, designadamente, o desemprego jovem e de longa duração.

A *ALIANÇA* defende as seguintes medidas para as políticas públicas de emprego e qualificações:

- Revisão dos Programas de Formação Profissional, adaptando-os às necessidades das Empresas, e do mercado de trabalho.
- Apoiar as PME na requalificação dos seus trabalhadores, investindo em formação e em novas competências evitando o desemprego por desadequação ao posto de trabalho.
- Incentivar a formação contínua dos trabalhadores, ao longo da vida profissional, adequando á evolução tecnológica.
- Reforçar a qualidade e eficácia da educação e formação técnica, incentivando a criatividade, a inovação e o empreendedorismo.

- ▼ Prestigiar o Ensino Técnico através da certificação de novas profissões ligadas às artes e ofícios de que o mercado carece.
- Promover, reforçando, a ligação entre empresas, centros de investigação e ensino superior de forma a termos recursos humanos qualificados nas competências que as empresas precisam.
- Conceber programas de requalificação profissional de Jovens nas Empresas para combater as elevadas taxas de desemprego jovem e responder a oferta de trabalho através da requalificação dos saberes e das competências.
- Promover políticas estruturadas que permitam a mobilidade dos trabalhadores, sem prejudicar a estrutura familiar, por exemplo através de alternativas à presença física quando esta possa ser dispensada.
- ▼ Políticas ativas de emprego orientadas para a coesão social e territorial, contrariando o fenómeno da desertificação e da oportunidade de acesso ao mercado de trabalho.
- Promover um diálogo construtivo em concertação social bem como reforçar as medidas de prevenção dos riscos profissionais e o combate à sinistralidade laboral.
- Rever e adequar a legislação laboral às novas realidades da organização produtiva, às necessidades decorrentes da flexibilização do mercado de trabalho e da economia digital e à competitividade da economia e do emprego.
- Incentivar nas Empresas e no Estado à requalificação dos jovens e trabalhadores promovendo a sua adequação e competências às necessidades do posto de trabalho, desencorajando o desemprego.

CAPÍTULO II POLÍTICAS SOCIAIS E DE BEM ESTAR



UM SISTEMA DE PROTEÇÃO DA SAÚDE

COM QUALIDADE E SUSTENTÁVEL GARANTINDO CONDIÇÕES DE ACESSO E LIBERDADE DE ESCOLHA PARA TODOS

A Saúde é a principal fonte de preocupação dos Portugueses. Cada um de nós sente a falha na resposta de cuidados aos nossos familiares e amigos: greves; falta de medicamentos; subfinanciamento; atrasos inadmissíveis na prestação de cuidados; condições de assistência deploráveis; censura e abolição de PPP eficientes; contestação alargada entre os profissionais do setor, mas, mais grave, a falta de ação deste Governo.

Nos últimos 4 anos fomos governados por uma Frente de Esquerda responsável por este colapso, indiferente às necessidades das pessoas e dos doentes, entretendo-se com debates estéreis sobre a natureza, pública ou privada dos prestadores de saúde e com a complacência dos Partidos com assento parlamentar que também alimentaram esta farsa política.

O acesso à Saúde é, também, uma das principais fontes de desigualdade entre os Portugueses. Uns podem escolher onde querem ser tratados, ter cuidados a tempo e horas, mas outros, os mais necessitados e frágeis, ficam limitados à capacidade de resposta do "prestador público" que está, em franca degradação, incapaz de responder aos tantos e novos desafios na área da saúde.

A *ALIANÇA* defende a reorganização do Setor da Saúde de forma a transitar para um modelo assente na organização da oferta dos cuidados de saúde em rede, e na universalidade do seguro de saúde com o objetivo de garantir a igualdade de acesso e cuidados em tempo útil, a todos os Portugueses.

O SNS tem ineficiências relevantes que se atribuem essencialmente a défice de organização e gestão. Trata-se de um custo invisível que pode ser eliminado ou reduzido

utilizando o exemplo dos casos de sucesso que existem nos prestadores públicos, privados, setor social s/ fins lucrativos e parcerias público-privadas.

Os Portugueses querem mais qualidade na prestação dos cuidados de Saúde, mas querem também um sistema muito eficiente, e bem gerido, que demonstre a utilidade dos impostos pagos.

A *ALIANÇA* entende que o Estado não deve ter preconceitos quanto à natureza pública, privada ou mista de quem presta os serviços de Saúde. A *ALIANÇA* defende que o Estado deve assegurar a gestão harmoniosa e integrada das infraestruturas e equipamentos hospitalares contraindo, se necessário, interesses económicos exacerbados e a eventual utilização, pouco escrupulosa do sistema.

A Saúde é um valor precioso que tem a particularidade de seduzir e reunir interesses delicados, complexos e por vezes conflituantes: os doentes vulneráveis; as elites científicas e profissionais; os setores industriais e os serviços. Por isso todos devem ser mobilizados, para que, através dos órgãos próprios se envolvam e participem na formulação de um Sistema de Proteção da Saúde na perspetiva preventiva e curativa, projetado para o médio e longo prazo, que responda com qualidade, equidade e responsabilidade à preocupação cimeira de todos os Portugueses de hoje.

A ALIANÇA propõe como principais medidas de ação:

- Promover o valor da saúde, física e mental, rompendo com a abordagem essencialmente curativa. É necessária uma atuação política e estratégica, que envolva o Ministério da Educação, a quem cabe promover a "cultura do valor da saúde" no sistema educativo.
- Projetar políticas de médio-longo prazo tendo em conta as determinantes sociais, a baixa natalidade e o aumento da esperança média de vida, criando respostas inovadoras para as novas necessidades.

- Adotar uma nova cultura de prevenção da doença através da prática da Medicina Preventiva promovendo hábitos de vida saudável, desde a alimentação à prática de atividade física, reduzindo drasticamente as doenças crónicas e permitindo que o envelhecimento da população possa ocorrer com mais qualidade de vida.
- Adotar um modelo de financiamento gradual, que assente na generalização dos seguros de saúde e/ou a abertura à ADSE, que fomente a igualdade de acesso dos cidadãos à Saúde, em qualidade e celeridade, permitindo a liberdade de escolha a todos.
- Promover a articulação estreita dos prestadores de serviços, públicos, privados e privados sem fins lucrativos, de forma a aproveitar as sinergias que só o funcionamento integrado e em rede pode garantir, eliminando os custos de oportunidade, decorrentes de sistemas que funcionam hoje de costas voltadas e de forma antagónica.
- Promover uma forte articulação e reorganização dos cuidados primários, préhospitalares, hospitalares e continuados redefinindo o seu âmbito e definindo rigorosamente as suas funções bem como o nível de serviço e a inventariação de necessidades para cada área de intervenção.
- Promover uma cultura de gestão eficiente e avaliação e melhoria contínua, em todos os níveis hierárquicos, adotando os mesmos indicadores de gestão e avaliação para todo o universo de prestadores de serviços, sejam públicos, privados ou sociais ou em regime de parceria público-privada.
- Atribuir aos Cuidados de Saúde Primários a responsabilidade chave, na gestão e acompanhamento de todo o ciclo de vida do cidadão, (cuidados primários, intermédios e de longa duração) e constituindo-se como a rede integrada de suporte para a alocação e distribuição dos cuidados referenciados.
- Reforçar as atribuições dos Médicos Especialistas em Medicina Geral e Familiar como gestores clínicos de referência para o doente, ao longo da vida, envolvendo-os profundamente na revisão das políticas de saúde.

- Instituir a figura do Enfermeiro de Comunidade no sentido de consolidar a capacidade de resposta imediata e adequada referenciação aos residentes em zonas mais desertificadas e com mais dificuldade de acesso a cuidados de saúde.
- Promover uma forte articulação e reorganização dos cuidados primários, préhospitalares, hospitalares e continuados redefinindo o seu âmbito e definindo rigorosamente as suas funções bem como o nível de serviço e a inventariação de necessidades para cada área de intervenção.
- Atribuir a todos os Portugueses um Médico de Família recorrendo se necessário a convenções com instituições privadas e sociais.
- Promover uma estratégia de incentivos que para a fixação de médicos no interior do País.
- Incentivar a Investigação e Tecnologias Aplicadas no Setor da Saúde, articulando o trabalho desenvolvido por todas as instituições públicas e privadas (universidades, centros de investigação, tecnológicas, etc.) com esta vertente de conhecimento, dando-lhe dimensão crítica e potenciando a capacidade de afirmação de Portugal no Setor.

POLÍTICAS PARA A SAÚDE

E O BEM-ESTAR

A *ALIANÇA* defende um novo paradigma para as políticas de saúde assentes na prevenção da doença e na promoção de hábitos de vida saudáveis.

Há uma realidade com tendência duradoura e generalizada para o aumento da despesa em saúde e do seu peso relativo no PIB. O progresso na medicina tem aumentado a longevidade, mas não tem feito baixar a incidência da doença, antes pelo contrário. As pessoas vivem mais anos, mas com mais doenças.

A grande maioria das doenças são doenças crónicas, muitas delas evitáveis se minimizarmos os fatores de risco tornando também a população mais saudável e o país muito mais produtivo.

Ilustrando, a "Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, num país com cerca de 10 milhões de habitantes, onde 50% seja insuficientemente ativa, o custo anual propiciado pela inatividade física é de cerca de 900 milhões de euros, equivalente a 9% do orçamento do Ministério da Saúde de Portugal (2017).

Em Portugal o excesso de peso (pré-obesidade) e de obesidade, afeta 25% das nossas crianças, 55% dos adultos e 81% dos idosos, num total nacional de 57%, sendo a obesidade uma das causas de inúmeras outras doenças.

A Estratégia da *ALIANÇA* assenta na Medicina Preventiva e olha a saúde humana numa perspetiva global, percebendo o indivíduo nas suas várias dimensões, que geram interinfluências para proporcionar mais saúde ou em contrário causar a doença. O plano que se propõe tem que atuar sobre 4 Eixos: 1) nutrição, desintoxicação e fortalecimento imunitário,2) atividade física e o desporto, em todas as idades, 3) bem-estar na escola, 4) arte como fonte de bem-estar.

A *ALIANÇA* defende por isso uma movo paradigma centrado na prevenção da doença porque Viver com Saúde é condição de uma existência humana condigna, pelo que propõe:

- Políticas que promovam uma melhor Nutrição, desaconselhando o consumo de alimentos que podem ser propiciadores de doenças se tomados em excesso, como por exemplo os açúcares, o sal, o álcool, o tabaco, etc. e promovendo a ingestão de alimentos mais saudáveis.
- Políticas de promoção da prática desportiva e da atividade física, cientificamente comprovadas como indutoras de saúde mental, da saúde física e do bem-estar.

- Políticas de ensino que incluam as artes e a música como meios de promover competências artísticas, mas também competências sociais, de desenvolvimento pessoal e humano e de felicidade.
- Políticas que promovam a atividade cívica e voluntária após a reforma como forma de combater a inatividade física e intelectual, uma causa comum no recurso excessivo ao sistema de saúde, por vezes única forma de combater a solidão.
- Políticas e campanhas de sensibilização que promovam uma cultura nacional para o bem-estar, para a natureza, para as artes e para a saúde em todo o ciclo de vida.

NATALIDADE E ENVELHECIMENTO

UMA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO PARA INCREMENTAR E TAXA DE NATALIDADE E REPOR O SALDO GERACIONAL

Num prazo de 60 anos Portugal terá 2,8 milhões de idosos e apenas 900 mil Jovens, uma redução de 35%.

A *ALIANÇA* atribui uma importância cimeira às políticas promotoras da Natalidade porque, se nada for feito, na década de oitenta, Portugal terá um índice de dependência de idosos, em relação à população ativa, de 1 trabalhador para 3 reformados, uma relação insustentável para a organização social que hoje conhecemos e cujos objetivos queremos preservar.

De acordo com as estimativas do INE, em 2033, a população Portuguesa deverá ficar abaixo dos 10 milhões e, em 2080, Portugal terá menos 2,8 milhões de habitantes, com forte contribuição do número de jovens que se reduzirá de 1,4 para 0,9 milhões (-35%) e

em sentido contrário os idosos que aumentarão (27%) num total estimado de 2,8 milhões de cidadãos.

Portugal tem que ter políticas de longo prazo, para responder a estas situações, que requerem décadas, para produzir efeitos. Não nos revemos em propostas avulsas e soluções inconsistentes, de curto-prazo, ajustadas às conveniências dos ciclos políticos.

ALIANÇA entende que as políticas de promoção da Natalidade são um imperativo nacional e justificam um acordo pluripartidário que defina as medidas, incentivos e condições que permitam aos Jovens Portugueses sentir mais confiança e estabilidade para a decisão de constituir Família, para o que propõe as seguintes medidas:

- Uma boa articulação entre a vida profissional e familiar por recurso, quando aplicável, ao teletrabalho e trabalho a tempo parcial.
- ▼ Fomentar uma boa rede de equipamentos de apoio na idade pré-escolar em cooperação e articulação com os setores privado e social.
- Alterar o regime de apoio fiscal às Empresas para apoio em creches, tornando o sistema mais eficiente.
- Implementar um sistema integrado (justiça, serviços sociais e saúde) de apoio às situações de violência doméstica.
- Rever o IRS considerando a totalidade dos dependentes (ascendente ou descendente) no cômputo do rendimento tributável por pessoa.

Portugal tem 1,2 milhões de idosos que vivem sós ou em companhia exclusiva de idosos e, de acordo com um estudo publicado pela OMS, e para nossa desonra, Portugal encontra-se em 5º lugar, num ranking de 59 Países, que classifica o modo como cada os País tratam indevidamente os seus idosos.

A Entidade Reguladora da Saúde aponta Portugal com uma das menores taxas de cobertura de cuidados formais da Europa, tendo também a maior taxa de cuidados domiciliários informais, assegurados por cerca de 800 mil pessoas sem a necessária qualificação e sem qualquer estatuto de reconhecimento.

A procura de cuidados continuados e paliativos deverá aumentar nos próximos anos, perspetivando-se para Portugal uma incidência de 25% da população idosa nos próximos seis anos.

A *ALIANÇA* rejeita políticas que se centrem essencialmente na institucionalização das Pessoas, criando verdadeiros guetos geracionais impessoais e atentatórios da dignidade humana que todos merecemos ter até ao dia final da Vida.

A *ALIANÇA* aborda o envelhecimento da população com três principais preocupações: assegurar um envelhecimento ativo; proteger a integridade dos idosos; disponibilizar cuidados de longa duração prioritariamente junto da Família, propondo as seguintes medidas:

- Instituir um regime de reforma parcial, compatibilizada com tempo parcial, a partir da idade mínima da reforma que encaramos como um direito e não como uma imposição.
- Incentivar os mais idosos a contribuir, em regime de voluntariado, para o serviço cívico, comunitário e social em função das suas capacidades, em benefício do bem comum, e reforçando as ligações intergeracionais.
- Articular as Políticas Sociais e de Saúde de forma a constituir uma rede de prestação de cuidados de longa duração (paliativos e continuados) que respondam às doenças crónicas e incapacitantes, próprias da maior longevidade, priorizando o regime domiciliário.
- Apoiar técnica e financeiramente as famílias, de acordo com a sua condição de recursos.

- Apostar na formação das centenas de cuidadores informais, que suprem as falhas do sistema prestando serviços sem qualquer estatuto de reconhecimento e sem a devida qualificação.
- Disseminar práticas que previnam e garantam a integridade física e mental do idoso de forma a reduzir drasticamente os maus tratos aos idosos que se estima abranger cerca de 39% do universo.

SEGURANÇA SOCIAL

UM MODELO DE FINANCIAMENTO DAS REFORMAS SUSTENTÁVEL E COM JUSTIÇA INTERGERACIONAL

A Segurança Social na vertente do acesso à reforma no fim da vida profissional constitui uma grande e fundada preocupação dos Portugueses, pelo receio de que o sistema não consiga assegurar pensões, consentâneas com o rendimento disponível que tiveram no ativo.

A *ALIANÇA* afirma que, se nada mudar, se nada se fizer é certo que serão as gerações futuras, as crianças e jovens de hoje, a suportar os custos de ajustamento da realidade demográfica.

O relatório de Sustentabilidade da Segurança Social contido no Orçamento de Estado para 2019 prevê, que a SS apresente saldos negativos na década de 20 e prevê também o esgotamento do Fundo de Estabilidade Financeira, na década de 40, o que se nos afigura otimista, já que muitos especialistas o preveem já na década de 30.

E estas previsões assentam em pressupostos otimistas porque assumem na projeção: a) a estabilidade do peso relativo da receita de contribuições, nas receitas totais; b) no reforço das consignações das receitas fiscais de IMI e IRC, ou seja, o reforço do financiamento a partir, mais uma vez e apenas do Orçamento de Estado que, como bem sabemos tem sido, uma ilusão cativada.

A crise económica que abalou Portugal, recentemente, deve ser uma lição de fundo, para todos nós, mas, sobretudo, tem que estar presente, nas ações e decisões políticas daqueles que tem a responsabilidade de Governar.

No que diz respeito à Segurança Social a principal lição a reter é a vulnerabilidade do sistema previdencial. Com a crise económica e as elevadas taxas de desemprego que ocorreram recentemente, as contribuições do sistema reduziram-se de cerca de 43% para 28%, no cômputo geral das receitas, o que tem obrigado à crescente intervenção do Estado financiando, extraordinariamente, este sistema através do OE, tendo aumentado de 2,4% para 8,4% entre 2011 para 2016, o que representa um esforço adicional de milhares de milhões de euros do OE para subsidiar o sistema previdencial.

Considerando a totalidade do sistema contributivo de pensões (regime geral da SS e o regime gerido pela CGA) existe uma pressão crescente sobre o OE pela necessidade extra de financiamento, tendo-se verificado, no mesmo período, um incremento na relação das transferências do estado/ total das receitas de 58% para 68%, representando 1% do PIB.

Esta situação demonstra bem, o impacto que as oscilações do comportamento da economia têm, no financiamento da SS e da sua fragilidade agravada pelo envelhecimento da população e pela insuficiente taxa de natalidade que se situa abaixo da taxa de reposição geracional.

O Sistema de Segurança Social está numa situação contingente no curto prazo (saldos negativos na década de 20) e num colapso certo a partir da década de 30/40, como referido acima e consta do OE 2019.

A ALIANÇA defende a necessidade urgente de reavaliar de forma séria a (in) sustentabilidade do sistema previdencial e iniciar uma Reforma da Segurança Social, com uma nova arquitetura e um novo modelo de financiamento que pondere fontes alternativas e diversificadas, que consiga responder às prioridades do sistema: garantir a pensão adequada no regime contributivo e assegurar os fundos necessários para a

política redistributiva da segurança social que apoie os cidadãos com maiores necessidades.

A *ALIANÇA* sublinha que as reformas sociais exigem muito tempo para produzir os resultados desejáveis, o que coloca ainda mais pressão para agir, com celeridade e responsabilidade, evitando e prevenindo o colapso certo, do sistema, se nada for feito.

Há inúmeros estudos técnicos e académicos sobre esta matéria. O que nos falta, o que falta a Portugal, é a coragem e a capacidade política para colocar os assuntos na agenda política, com verdade e transparência, e sem contaminações ideológicas que tanto prejudicam o País, adiando as decisões.

As alterações paramétricas concretizadas, sobretudo em 2007, (fator de sustentabilidade, aumento da idade da reforma e a consideração de toda a carreira contributiva) foram avanços, que permitiram a redução da despesa, mas não o suficiente para fazer face às condicionantes demográficas. Portugal não acompanhou a tendência ocorrida na Europa, de introdução de sistemas complementares de financiamento, bem como não tem promovido a indispensável política de estímulo à poupança.

A *ALIANÇA* defende a necessidade de um acordo político para a revisão da arquitetura do modelo de financiamento da Segurança Social, adiantando as seguintes propostas:

- A introdução de um sistema complementar de capitalização que contribua para colmatar a menor "capacidade demográfica" dos sistemas de repartição, gradual e prudente para acautelar os custos financeiros de transição.
- Um modelo que preserve o alicerce público, mas que seja fortemente impulsionador da responsabilidade e da poupança conjugando virtuosamente a vontade e iniciativa das pessoas, famílias, empresas, partilhando a cobertura dos riscos associados ao futuro.

- A instituição de um regime de reformas parciais, a partir da idade de acesso à reforma, que permita a manutenção no mercado de trabalho a tempo parcial, aliviando a pressão financeira sobre a SS e, em simultâneo, dando oportunidade da saída progressiva do mercado de trabalho.
- Atualização/Revisão dos acordos de cooperação entre o Instituto de Segurança Social e as IPSS.
- Estudar alternativas para o alargamento da base contributiva tendo em conta a alteração profunda das atividades económicas, de base tecnológica intensiva e com menos incorporação de mão-de-obra.

SOLIDARIEDADE E INCLUSÃO

PORQUE A NAÇÃO NÃO É LIVRE, NEM FELIZ, ENQUANTO EXISTIREM PESSOAS COM DÉFICE DE ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO E ESPERANÇA

Portugal é um País com enormes desigualdades sociais, com uma forte incidência de Pobreza nas crianças, nos jovens, na população ativa e nos mais idosos.

A *ALIANÇA* não se conforma que existam taxas de risco de pobreza superiores a 40% antes de transferências sociais que persistem, após estes apoios, com uma incidência de 19 %, (0-18 anos); de 17% (18-64 anos) e de 18% (+ 65 anos).

Igualmente chocante é a população em risco de pobreza e privação material severa que atinge 12 % dos agregados com crianças a cargo, já após transferências socias, o que se acentua nas famílias monoparentais com uma incidência de 24,9%.

Por último, registar, a mais flagrante demonstração, da desigualdade e desagregação social que existe no nosso País: no universo das pessoas com emprego e já após transferências sociais, a taxa de pobreza persiste ao nível dos 10%, ou seja, atinge mais de 1 milhão de Portugueses.

A *ALIANÇA* tem a ambição de erradicar a pobreza. Mas é precisa a ajuda de todos, instituições públicas e privadas, entidades do terceiro setor, a Igreja Católica ou instituições de outras confissões religiosas, empresas e cidadãos, para nos ajudarmos mutuamente neste desígnio, que só ocorrerá, sustentadamente, quando a nossa economia crescer e a competitividade melhorar.

O primeiro dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados pela ONU em 2015 e que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é a erradicação da pobreza. Este combate que reclama cada vez mais o envolvimento da sociedade civil, deve procurar assegurar que todos independentemente do seu lugar e condição, tenham garantidos direitos como alojamento adequado, alimentação, água potável, saneamento básico, saúde, trabalho, segurança social ou educação.

Nesse caminho da defesa das pessoas e do combate às desigualdades, a *ALIANÇA* acredita que é possível melhorar as políticas de inclusão social, tornando-as mais eficazes, na proteção dos direitos sociais e no acesso a bens e serviços essenciais, a todos. Não aceitamos listas de espera na segurança social, especialmente para pessoas portadoras de deficiência/ e ou em situações dependência, que aguardam meses, senão anos, para lhes serem atribuídos os apoios sociais que lhes são devidos e que são essenciais para viverem com o mínimo de qualidade e dignidade. Não aceitamos que as crianças e os jovens não tenham direito a habitação condigna, acesso a uma educação que aposte na sua inclusão e desenvolvimento pessoal, através da prática do desporto e do acesso às artes, à saúde e a uma alimentação saudável, que lhes permita terem vidas sãs e felizes. Não aceitamos atrasos no pagamento das pensões. Não aceitamos qualquer tipo de exclusão, violência doméstica e/ou de género. Todos devemos ter igualdade de acesso a oportunidades. O Estado não pode falhar onde é mais preciso: às Pessoas.

Propomos o seguinte:

Impor o Primado da Pessoa como causa transversal e primordial de todas as áreas da Governação, assegurando a dignidade, a liberdade e os direitos constitucionalmente garantidos como a base essencial da vivência de qualquer ser humano, que deve prevalecer sobre qualquer outra.

- Garantir igualdade de direitos e oportunidades para todos, independentemente da raça, etnia, género, opção sexual, religião, bem como o acesso a habitação, alimentação, água potável, saúde, trabalho, segurança social, educação e justiça, combatendo severamente todos os fenómenos e ações de exclusão social, de violência doméstica, de género ou qualquer outra.
- Combater a política dos baixos salários, através de medidas indutoras do crescimento económico geradoras de riqueza por forma a garantir o aumento gradual das remunerações dos trabalhadores.
- Convocar as empresas para esta Causa, pedindo-lhes atenção, acompanhamento e cuidados redobrados aos trabalhadores que vivem em situação de forte constrangimento social, não obstante serem cidadãos integrados no trabalho, cumprindo os seus deveres e, ainda assim, pobres.
- Desenvolver em conjunto com o Poder Local, Planos de Habitação municipais/intermunicipais/regionais, que assegurem respostas adequadas para as pessoas que vivem em grave carência habitacional, através da afetação do património municipal, do Estado, de privados e de entidades do terceiro setor, que assegurem os meios e o investimento necessário para a criação de uma bolsa dinâmica que responda a todas as necessidades de alojamento.
- Garantir o acesso à habitação das pessoas que, por questões de mercado, deixaram de ter rendimentos compatíveis com o aumento das rendas e do preço de venda de imóveis, promovendo uma oferta alargada de respostas privadas e públicas, através da disponibilização de mais fogos a preços acessíveis e da concessão de apoios, como o subsídio de renda.
- Empreender, em conjunto com o Poder Local, o combate sem tréguas a guetos e flagelos socias, designadamente bairros e construções clandestinas que potenciam a exclusão social, e a marginalização dos residentes e criando focos de instabilidade social indesejáveis.

- Criar uma Rede Nacional de residências para apoio às pessoas portadoras de deficiência, em estreita colaboração com as autarquias e o terceiro setor, em regime residencial ou de apoio de dia, consoante as necessidades, desagravando o esforço que recai sobre as Famílias que por vezes são forçadas a deixar o seu trabalho e com a permanente incerteza e angústia de não saber como proteger os seus.
- Desenvolver um novo modelo integrado de políticas sociais, assente na colaboração e interação do Estado, Autarquias e Terceiro Setor que assegure a prestação de serviços sociais, de proximidade, e atuando em rede, sendo mais eficaz na política de apoio aos idosos, às crianças em situação de risco, aos mais isolados, aos doentes graves, e aos mais excluídos.
- Criar uma rede de apoio integrada, que abranja todo o território nacional, com a identificação de todas as respostas sociais, instalações por tipo e equipamentos, que facilite a ligação entre as necessidades socias e as respetivas respostas, suprindo com mais eficiência as necessidades, dando prioridade às crianças, portadores de deficiência, pessoas em situação de dependência e idosos.
- Apoiar as Famílias para que tenham condições de cuidar dos seus idosos e dependentes, prestando-lhes apoio técnico e financeiro, desincentivando a institucionalização e privilegiando o apoio domiciliário e respostas sociais que promovam a autonomia, através de Cuidadores Informais, a quem é devido o justo e merecido estatuto e valor na sociedade Portuguesa.
- Criminalizar o abandono de idosos e de pessoas portadoras de deficiência ou em situação de dependência, bem como agravar as molduras penais dos crimes praticados contra a sua integridade física e/ou moral, desde os maus tratos, falta de cuidados a ofensas.
- Colaborar com as Autarquias na conceção de respostas adequadas às particularidades da população sem-abrigo, o que requer um forte e gradual processo de integração.

- Rever o modelo e condições de atribuição do rendimento social de inserção reforçando os princípios da efetiva inserção profissional e comunitária, que a ele deve estar associado, em termos de eficácia social e de justa reciprocidade na sua atribuição e controlo.
- Adotar em colaboração com o poder local uma política integrada de reabilitação e integração social inovadora para pessoas portadoras de deficiência e, no caso dos jovens, o acesso ao ensino vocacional, nas vertentes ambientais, informática, artes, em função das suas limitações, permitindo-lhes a sua plena integração social só possível, pelo direito ao trabalho.
- Introduzir o ensino de Braille e Língua Gestual Portuguesa, obrigatórios para todos os alunos portadores de deficiência visual ou auditiva, desde o primeiro ciclo e inclusão das mesmas como disciplinas opcionais para os restantes alunos.
- Criar uma Bolsa Nacional de Voluntariado, que faça o "matching" entre voluntários e necessidades dos mais carenciados, onde se integrem todas as entidades a operar no setor, por forma a divulgar iniciativas, ações e programas levando-as ao encontro de quem delas mais precisa, promovendo respostas eficazes e articuladas nos diferentes domínios.
- Incentivar as universidades e centros de investigação a colaborar com as entidades do terceiro setor e da economia social, na procura e de soluções e respostas sociais inovadoras que possam contribuir para melhores soluções de integração social.
- Assegurar a conformidade legal das situações apoiadas, fiscalizando a correta atribuição de apoios sociais, combatendo a fraude e assegurando que os apoios financeiros atribuídos, resultantes dos impostos pagos pelos Portugueses, são redistribuídos apenas por aqueles que comprovadamente necessitam.
- Proceder à reorganização e racionalização dos serviços de todas as entidades na esfera da Segurança Social, revendo processos, procedimentos e interligações e

promover à sua informatização integral com vista a garantir a eficiência interna e a eficácia que é devida na informação e nos serviços prestados aos cidadãos.

▼ Fazer cumprir a legislação das acessibilidades através da eliminação das barreiras arquitetónicas que subsistem em espaços e/ou edifícios públicos e privados garantindo o pleno acesso e a fruição de todos.

MAIS FUTURO

PARA OS JOVENS PORTUGUESES

Os jovens Portugueses são dos que mais emigram e são os que mais tempo permanecem em casa dos pais, comparativamente ao que sucede no resto da Europa, sendo também, nesta faixa etária que se regista a maior taxa de desemprego.

O desemprego jovem (dos 20 aos 24) em Portugal é de aproximadamente 20% sendo um dos maiores da União Europeia. Este fator a que se associam os baixos salários em início de carreira e a dificuldade de acesso à habitação explicam em grande parte essa realidade.

Estes números são só por si suficientes para justificar a adoção de uma política diferente para as novas gerações que aposte na mobilidade social, no aumento das suas qualificações através do amplo acesso ao ensino superior e na criação de condições favoráveis à sua efetiva emancipação. A *ALIANÇA* afirma a importância de concretizar políticas que garantam aos Jovens condições para residir no seu País e aqui constituir família, com as seguintes orientações:

- Promover políticas de emprego que aproximem os conhecimentos adquiridos na sua formação, com as empresas e setores produtivos, criando valor recíproco, através da aplicação da sua inovação e criatividade a contextos de trabalho compatíveis.
- Adotar medidas que combatam os baixos salários no início de carreira, através de estímulos e discriminações positivas para as empresas e desagravamento fiscal na

tributação das remunerações do trabalho jovem e apelando a responsabilidade social dos empresários.

- Incentivar as entidades empregadoras a promoverem ambientes de trabalho saudáveis, em que a flexibilidade de horários, o dinamismo e o espírito criativo do trabalhador jovem estejam sempre presentes, através da adoção de uma visão holística das suas necessidades, incluindo as que passam pelo seu bem-estar mental e social. Jovens trabalhadores empenhados e felizes criam e geram mais riqueza para as empresas.
- ▼ Fomentar o empreendedorismo jovem reforçando as linhas de apoio à criação de ideias e desenvolvimento de projetos inovadores geradores do próprio emprego.
- Adaptar a oferta do ensino superior às necessidades do mercado de trabalho, fomentando o aumento de licenciados nas áreas estratégicas de desenvolvimento do país e compatíveis com os desafios globais, como por exemplo, o ambiente e alterações climáticas, a saúde e a prevenção, o envelhecimento, as tecnologias e a inteligência artificial.
- Promover e incentivar o ensino profissional e vocacional que aposte nas capacidades individuais e responda ao potencial de cada indivíduo através da criação de uma oferta compatível com a sua ambição e as necessidades de mercado.
- Aumentar o número de programas de bolsas de estudos e o reforço dos apoios sociais para os estudantes do ensino superior que, comprovadamente, deles necessitem, mantendo- se o pagamento de propinas para quem não necessite do apoio do Estado.
- Garantir a disponibilização de residências e alojamentos para os estudantes do ensino superior, em regime de arrendamento acessível, com tipologias mais pequenas, próximos das universidades, podendo ser financiados pelo Estado, com retorno da ajuda financeira após a sua inserção no mercado de trabalho, com taxas de esforço indexadas a sua capacidade financeira e assim garantir que nenhum Português é privado do acesso ao ensino superior por falta de capacidade financeira.

Promover políticas que fomentem o acesso à habitação através de arrendamento a preços controlados e a aquisição de casa para habitação própria e permanente, através da isenção do IMT, em condições e limites a definir em função do local e da situação económica do contribuinte, reforçando o acesso à emancipação, valor importante para a assunção de responsabilidades, constituição de família e de integração completa na vida em sociedade.

CAPÍTULO III EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INVESTIGAÇÃO



EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR

PILARES FUNDACIONAIS DA SOCIEDADE, DINAMIZADORES DO CONHECIMENTO E DA CIDADANIA

A Educação é um pilar fundacional de qualquer sociedade. Através da educação concretiza-se a transferência de conhecimentos e instrumentos culturais de geração em geração, sendo este processo determinante para a afirmação da matriz cultural e civilizacional de um povo.

No atual contexto competitivo e de aposta na formação de qualidade, exige-se a edificação de um sistema educativo que promova a igualdade de oportunidades e valorize o capital humano da Nação. Exige-se um sistema assente no mérito, no trabalho, na disciplina e na procura constante da excelência. Um sistema promotor da individualidade no contexto do interesse comum da comunidade e da sociedade Portuguesa.

A *ALIANÇA* defende uma aposta clara num ensino universal de qualidade que deve focar-se na valorização de cada Pessoa, atentas as respetivas circunstâncias. A Escola tem que ser um projeto coletivo, em que os profissionais e as famílias assumem o compromisso de contribuir para formar as novas gerações.

Investir na qualidade de um sistema de Ensino abrange três vetores fundamentais: a) a qualificação e empenho dos recursos humanos - professores e auxiliares de ação educativa-; b) o compromisso e colaboração das famílias; c) a adequação dos conteúdos programáticos.

O sistema é genuinamente composto por interdependências. Nenhum nível de ensino pode ser pensado sem uma perspetiva integradora e de longo prazo. A Escola como formação de vida e de cidadania exige esse olhar contínuo desde os jardins-de-infância ao ensino superior. Por outro lado, o contexto social em que as escolas se inserem é

determinante para a sua eficácia. A Escola deve assumir-se como elemento agregador da vida em comunidade.

Em 2017 mais de 29% da população Portuguesa (acima dos 15 anos) tinha apenas o ensino básico, num total superior a 2,5 milhões de pessoas. Existe um longo caminho a fazer na formação e na capacitação da população. No entanto, esse caminho deve refletir a total liberdade entre o ensino tecnológico e profissional, os cursos das vertentes científico-humanísticos e os cursos de ensino artístico especializados.

Portugal apresenta, ainda, elevados indicadores de insucesso e abandono escolar, sendo o 5º país com a taxa de abandono escolar mais elevada, quando comparado com os restantes países da OCDE. Este indicador é ilustrativo do impacto negativo na capacidade produtiva do país, na modernização das empresas, no tecido empresarial e no Estado.

Neste contexto a *ALIANÇA* defende o seguinte conjunto de medidas Políticas para a Educação e o Ensino Superior:

- Assumir o Ensino tecnológico e profissional como um pilar estruturante do sistema de ensino, e por isso deve ser prestigiado na exata medida da sua enorme valia para todos os setores económicos. A formação de técnicos especializados deve ser central na estratégia de mudança do sistema educativo.
- Adaptar o sistema educativo às novas exigências do mercado de trabalho e ao novo modo de vida das famílias, tendo presente os desafios da globalização. Um sistema de ensino que estimule o brio e o mérito promovendo o rendimento escolar e a educação para a cidadania.
- A reestruturação da organização do sistema educativo, descentralizando o modelo, terminando com o monopólio centralista do Ministério da Educação, que deverá posicionar-se como um parceiro-chave no desempenho da missão das escolas. Importa adotar um modelo mais equilibrado e colaborativo entre as organizações

públicas e privadas, enquanto agentes decisivos para a concretização de um objetivo comum: incrementar e melhorar a qualidade da formação ministrada em Portugal.

- Reforçar a autonomia das escolas, a nível financeiro e administrativo, nomeadamente na contratação de professores, dando mais liberdade e capacidade de afirmação aos projetos educativos, adaptados à realidade económica e social de cada região que se entende determinante para o sucesso da missão de ensinar.
- A ALIANÇA propõe um sistema assente na responsabilização e avaliação, a todos os níveis, dos intervenientes no sistema educativo. Um sistema de avaliação justo, exequível e que valorize o mérito. Um sistema que promova a integração e captação dos melhores para a carreira docente.
- A ALIANÇA defende uma Escola moderna que aposte na capacitação dos indivíduos, e no fomento da aprendizagem da música, das artes e da prática do desporto na escola, enquanto veículos de verdadeiro desenvolvimento pessoal e social e motivadores da criatividade e inovação.
- A ALIANÇA defende a estabilidade concetual do sistema de ensino, terminando com uma sistemática e doentia mudança e complexificação dos curricula do sistema de ensino obrigatório. A coerência e consistência das bases do sistema de ensino é um dos pilares para conseguir resultados efetivos na qualidade do ensino.
- A ALIANÇA rejeita a lógica da gratuitidade não justificada, que promove a iniquidade do sistema. O Estado deve assegurar manuais gratuitos apenas aos agregados familiares que verdadeiramente necessitam deste apoio. A recente proposta de atribuição de manuais gratuitos para todos, é uma medida incrementadora de desigualdades.
- Propõe-se uma revisão profunda no modelo dos manuais escolares, substituindo sempre que possível os manuais em formato de papel por soluções digitais proporcionadas pelo Estado para todos.

- A *ALIANÇA* defende o conceito de discriminação positiva no que diz respeito ao pagamento das propinas. O Estado deverá garantir, através de mecanismos de apoio, que nenhum estudante abandona o Ensino Superior devido a dificuldades económica.
- Portugal deve aprofundar a sua participação no espaço europeu de ensino superior, procurando modernizar e internacionalizar toda a rede de ensino universitário e politécnico.
- Reforçar a cooperação no seio da Lusofonia e a partilha do espaço Europeu devem constituir pilares da internacionalização do Ensino Superior.
- A Reestruturação da oferta formativa, permitindo adequar os ciclos de estudo às necessidades do tecido empresarial, dos clusters tecnológicos, às especificidades de cada região e aos setores prioritários para o desenvolvimento do país. Para a concretização desta medida conceber contratos programa de apoio e incentivo à reconversão dos curricula e recolocação dos docentes, compatível, com a velocidade e dinâmica das alterações da "procura". No mesmo sentido criar universidades temáticas que permitam oferecer planos de estudo especializados e adequados às necessidades da economia e da sociedade com a flexibilidade de captar os docentes dos cursos descontinuados.
- Focar o processo de aprendizagem, nas componentes de investigação e formação, na articulação entre a vertente teórica e a vertente prática, de experimentação e contato com a realidade, assegurando sempre um correto ajustamento entre a oferta formativa e as necessidades concretas do mercado de trabalho.
- Conceber soluções educativas que permitam aos cidadãos portadores de deficiência física ou sensorial, o acesso ao ensino superior ou politécnico, de forma integradora e capacitando-os para a sua inclusão no mercado de trabalho, seguindo o bom exemplo do Instituto Politécnico de Santarém.
- Aumentar a Internacionalização do Ensino Superior, tirando partido do seu prestígio, captando mais estudantes estrangeiros e da Diáspora, aproveitando o conhecimento através de sinergias com outras instituições de ensino nacionais e estrangeiras.

Dotar o ensino superior de um modelo de financiamento estável, que permita o desenvolvimento de estratégias de longo prazo, que tenha em consideração variáveis diversas tais como, qualidade, impacto na estratégia nacional e coesão territorial. Um modelo de financiamento competitivo, de medio/longo prazo, no mínimo cinco anos, que dê estabilidade aos estabelecimentos universitários.

INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

OS PILARES PARA A COMPETITIVIDADE E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

A *ALIANÇA* assume o conhecimento, a investigação científica e a inovação como pilares fundamentais para atingir o objetivo maior de incremento da produtividade e do crescimento económico.

Só perseverando no caminho da ciência, da tecnologia e na sua aplicação ao desenvolvimento, é que Portugal poderá crescer de forma sustentável e duradoura na perspetiva económica, social e ambiental, fortalecendo uma estrutura produtiva inovadora, diversificada e próspera.

A investigação e a utilização de tecnologia têm permitido avanços civilizacionais absolutamente extraordinários com impacto fortíssimo no desenvolvimento económico e social de todos os países e nas suas populações através de uma oferta crescente de produtos e serviços novos e complexos.

A Comissão Europeia, refere que a Europa com apenas 7% da população mundial é responsável por 20% do investimento mundial em Investigação e Desenvolvimento (I&D), através de publicações científicas de elevada qualidade, sendo ainda líder mundial em alguns setores industriais, designadamente nos produtos farmacêuticos, nos produtos químicos, na engenharia mecânica e na moda. Resultados que atinge apesar de investir menos do que os seus concorrentes em I&D empresarial ficando nos 1,36% do PIB.

Portugal investe apenas 1,33% do PIB (50% privado) que contrasta com a Finlândia, Suécia e a Dinamarca, por exemplo, investem mais de 3% do PIB em I&D.

Portugal não deve ficar abaixo da média europeia, impondo-se um esforço de convergência. É certo que o investimento em I&D tem aumentado gradualmente, contamos com boas infraestruturas de telecomunicações e de fibra ótica que generalizaram o acesso à Internet, temos centros de investigação de excelência,

empresas de I&D e TIC de sucesso, investigadores distinguidos internacionalmente, recursos humanos qualificados e, mais recentemente, conseguimos atrair para o país empresas âncora no mercado das tecnologias.

Mas por isto mesmo Portugal tem a obrigação de aproveitar esta conjuntura favorável para se afirmar como um País de vanguarda no Conhecimento, na Ciência e da Investigação e utilizar estas vertentes do saber de forma estratégica e transversal em todos os domínios de atividade.

Mais do que financiador ou titular, o Estado deve atuar como promotor e facilitador: na simplificação de processos; na concessão de incentivos e benefícios a quem invista em I&D; na aproximação dos diferentes players, otimizando a transferência do conhecimento e da investigação, de forma transversal e permanente, para todos os setores produtivos.

A Estratégia Europa 2020 para o Emprego e o Crescimento, afirma a inovação e a investigação como cruciais para o crescimento económico, determinando a necessidade de cada Estado-membro atingir 3% do PIB em I&D, correspondendo a 1% de componente pública e a 2% do setor privado.

Nesse âmbito, tem que ser delineada uma estratégia que aproveite a atual conjuntura, potenciando mais e melhor ciência e investigação que gere valor acrescentado nas empresas, na indústria, nos setores tradicionais e na economia social, gerando ganhos de eficiência e produtividade.

A ALIANÇA defende que a Ciência tem que ser assumir um papel estruturante na conceção e implementação das políticas públicas e a chave para ter resultados é criar confiança. Confiança entre cientistas e políticos e uma ambição forte e sentido estratégico nas decisões tomadas em prol das pessoas.

Por isso propomos a criação do **Conselheiro Científico** (Chief Scientific Adviser) do PM a quem caberá aconselhar e assessorar, bem como garantir que as políticas e decisões do governo sejam informadas pelas melhores evidências científicas e pensamento estratégico de longo prazo.

No tempo que vivemos, a **Ciência e o Conhecimento,** são os fatores e valores supremos para projetar, com inteligência e racionalidade, as políticas públicas bem como são um valor transacional fortíssimo para as relações internacionais entre os Estados e a capacidade de antever e prevenir as oportunidades e ameaças que se colocam no mundo em que vivemos.

A *ALIANÇA* acredita na criatividade e no talento intrínseco, dos Portugueses, como veículos transformadores e diferenciadores do tecido produtivo português, pelo que defende as seguintes medidas políticas:

- Afirmar, reforçadamente, Portugal como um centro de excelência na economia do conhecimento através de uma forte campanha estratégica destinada a divulgar um país inovador, tecnológico, dinâmico, com investigadores e universidades distinguidas internacionalmente.
- Recorrer à Diplomacia Externa para reforçar e divulgar a presença de Portugal em iniciativas e programas internacionais de I&D para divulgar projetos e produtos inovadores, de qualidade e reconhecido mérito e fomentar através da diplomacia externa o estabelecimento de parcerias com centros de excelência da comunidade científica internacional e com empresas de I&D e tecnológicas líderes nos setores em que operam.
- Criar uma plataforma colaborativa que sirva de rede de conhecimento, disponível para partilha, divulgação e interação, de todos os atores empresas, indústrias, cientistas, investigadores, universidades e alunos, centros de conhecimento e investigação. Esta plataforma servirá também para que a atividade dos centros de Investigação seja orientada para as necessidades das empresas, contribuindo para a produtividade e a inovação produtiva e aumentando o potencial das exportações portuguesas. Numa palavra, dar um rumo estratégico, pragmático e útil a toda a atividade de investigação e desenvolvimento.

- Criar condições facilitadoras para aumento do investimento nas áreas da Inovação, Investigação e Desenvolvimento, com a ambição de 3,5 % até 2025, contando com o esforço conjunto do setor empresarial e do setor público designadamente em áreas estratégicas e prioritárias como seja a saúde, o medicamento, o mar, a floresta, a ferrovia, o ambiente e a energia.
- Rever a organização e funcionamento das unidades de investigação e os laboratórios do Estado, incentivando a cooperação e assegurando a utilidade prática dos seus programas e linhas de investigação permitindo que a concertação das suas atividades proporcione economias de escala pela partilha de custos de estrutura e eliminando eventuais duplicações nas respetivas atividades.
- Promover a interligação e parcerias entre as Instituições Públicas e Privadas, maximizar o valor criado, através duma melhor definição do seu escopo de trabalho, promovendo a especialização e complementaridade ao invés de concorrência que é adversa às sinergias que o setor pode proporcionar.
- Fomentar uma cultura transversal de inovação e empreendedorismo, a começar nos primeiros anos da escola aproximando as crianças e jovens dos profissionais do setor de forma a incentivar o gosto e estimular o interesse pelo aumento do saber.
- Incentivar a investigação realizada nas empresas e por todos os agentes e setores produtivos, em estreita colaboração com as universidades e com os centros de conhecimento, promovendo a criação de departamentos de inovação empresarial e industrial, garantindo a capacidade de criação de novos produtos e serviços e, consequentemente, a melhoria da sua produtividade e capacidade exportadora bem como do emprego qualificado.

Agilizar e simplificar os processos de licenciamento de propriedade Intelectual e Industrial, de marcas, invenções, tecnologia, patentes e inovações industriais, garantindo a retenção do valor acrescentado criado no País.

A CULTURA E AS ARTES

SÃO O VEÍCULO DA PROMOÇÃO DO SER HUMANO COMO "PRODUTORES DE CULTURA" LIVRES MAS COM RESPONSABILIDADE

A *ALIANÇA* assume a Cultura como uma área essencial e transversal, na execução de todas as políticas setoriais, sempre orientadas para o primado da Pessoa, do seu desenvolvimento enquanto ser humano, e da sua felicidade e bem-estar, como condição para uma vida harmoniosa em sociedade, com espírito livre, inspirado e abnegado em benefício do próximo.

E hoje em consequência de uma sociedade robotizada, digital e impessoal, a cultura assume uma superior importância, na criação e preservação dos laços entre o passado e o futuro e na promoção das relações humanas, criativas e solidárias.

Acreditamos numa Política Cultural que tem como primeiro objetivo "a promoção do ser humano como produtor de cultura" e nesse sentido propomos as seguintes medidas:

- O Estado deve estimular e apoiar a criação cultural, aceitando e reconhecendo a pluralidade das suas expressões inovadoras, indispensáveis à concretização da missão criativa e sem preconceitos.
- O Estado deve agir com um equilibro inteligente e sabedor para que a promoção e o apoio as atividades culturais não se perverta num pernicioso estímulo ao comodismo e proteção material, que sempre conduzirá, à mediocridade e dependência, que o "encosto" ao Estado irremediavelmente conduz a natureza humana.
- O processo cultural requer uma especial delicadeza e lucidez pela simples razão de que, não raro, se confunde a ação do ser humano enquanto criador de cultura com a máquina administrativa e burocrática que a apoia e financia.
- O Estado deve partilhar responsabilidades a nível de investimentos na área da cultura e incentivar a ação de agentes privados, empresas, criadores culturais, fundações, universidades e associações, mas à luz daquele objetivo ─ ser humano produtor de cultura.
- A *ALIANÇA* defende que os agentes antes referidos, parceiros promotores da política cultural, não podem sobrepor-se ou limitar a génese criativa dos "produtores de cultura", usando para isso a ascendência administrativa que lhes é conferida por razões organizacionais e hierárquicas.
- Numa perspetiva complementar, mas não contrária ao acima exposto, é muito importante que o Estado e as Autarquias façam um acompanhamento rigoroso dos investimentos, e atividades apoiadas, para garantir a racionalidade dos recursos atribuídos porque com verdade, e sem rodeios, o produtor de cultura, pela sua natureza ímpar, de espírito livre e estrutura criativa, é geralmente adverso ao rigor da aritmética.
- ▼ É um exercício difícil, aquele que aqui se defende. Naturezas antagónicas, que têm de se harmonizar, para concretizar uma Política de Cultura rica em produção artística,

mas responsável na gestão de recursos. Difícil, mas possível. Como se disse acima com inteligência, sabedoria e sensibilidade.

- A ALIANÇA considera que a Lei do Mecenato Cultural, criada em 1987, necessita de ser revista de forma a devolver-lhe a essência da sua versão primitiva. Desde então e ao longo dos últimos anos esta lei foi sendo desvirtuada, designadamente através dos OE criando um regime especialmente favorável para as iniciativas culturais do próprio Estado "secando" os recursos disponíveis dos patrocinadores privados para projetos autónomos.
- Concretamente, os benefícios fiscais acessíveis aos Mecenas são maximizados quando o financiamento se destina ao Estado e entidades públicas em detrimento dos legítimos interesses dos agentes culturais privados, igualmente produtores de cultura.
- A ALIANÇA percebe, mas não concorda, com esta abordagem, que mais não serve para que o Estado se exima, das suas responsabilidades orçamentais, duma forma ínvia, e contrária ao espírito da Lei do Mecenato, através da força do seu poder, e inviabilizando a participação de outras agentes e entidades de âmbito cultural.
- A ALIANÇA propõe também que a Direção Geral das Artes deve ser repensada no âmbito das suas atribuições e orientações, adequando as suas regras e funcionamento aos tempos de hoje, tornando-a mais eficiente, dinâmica e atualizada face ao mundo globalizado em que Portugal se insere. Como exemplo, refira-se que os apoios concedidos por esta DGA estão limitados a cidadãos e entidades coletivas de nacionalidade Portuguesa ou residentes em Portugal, o que inviabiliza a angariação de projetos culturais quando os mesmos sejam promovidos com investimento estrangeiro, não obstante o seu benefício para a divulgação e promoção da cultura Portuguesa.
- A *ALIANÇA* acredita que uma boa política de cultura tem que ser descomplicada, descomplexada, e agregadora de todos os agentes de cultura, independentemente de serem, ou não, apoiados pelo Estado. À semelhança do investimento produtivo, a

Cultura pode e deve contar com investidores e patrocinadores nacionais e estrangeiros sem complexos e sem receios.

PATRIMÓNIO NACIONAL

E OS PORTUGUESES

Portugal detém um Património material e imaterial de riqueza incalculável, presente em todas as geografias, em que marcou a história do Mundo. No Oriente, em África na América, e durante estes 900 anos de história por onde passaram, os Portugueses deixaram marca.

Marcaram os territórios com a sua arquitetura e marcaram os povos com a sua religião, a língua, os costumes, a gastronomia, a música a arte e a literatura. E onde estiveram, os Portugueses deixaram o nome honrado de Portugal e deixaram saudades.

Todos nós, Portugueses de hoje, temos a responsabilidade de garantir a eternidade deste património próprio bem como daquele que ficou no nosso território deixados por todos aqueles que antes e apos a Nacionalidade aqui estiveram, por melhores ou piores razões.

A *ALIANÇA* encara com muito respeito a salvaguarda e valorização do património português tirando partido da sua divulgação, da sua conservação e restauro.

Muito há ainda por fazer, a reabilitação e valorização das aldeias, dos centros históricos, da arqueologia, do artesanato, das tradições locais e de todas as manifestações culturais que sejam marcas de território únicas no Mundo.

Consideramos muito importante a sua identificação integral, através da sinalização e criação de pequenos centros de interpretação por todo o País criando, havendo espólio relevante, museus que permitam a exposição e recriação de histórias e feitos.

A *ALIANÇA* dá o exemplo da necessidade de construção de um Museu Nacional de Arqueologia, que há 100 anos está em local provisório no Mosteiro dos Jerónimos, e que

poderá acolher todo o espólio do antigo Centro Nacional Arqueologia Náutica e Subaquática. É uma ambição que queremos concretizar com fundos comunitários e fora dos grandes centros urbanos.

O Património somos nós, os Portugueses imortais, que temos de estimar e conservar para deixar aos que nos sucederem entregando todo o historial genético que se traduz na nossa identidade.

A *ALIANÇA* defende por isso que o Património deve ser estimado e valorizado também, porque continua a representar, uma fonte de atividade económica na área da cultura, muito relevante, que não podemos desperdiçar propondo as seguintes medidas:

- Apostar na divulgação e valorização da língua Portuguesa junto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e em todo o Mundo onde se fale Português.
- Fomentar parcerias culturais, entre entidades portuguesas e congéneres do resto do Mundo criando dinâmicas de exposição e divulgação do património e da cultura portuguesa no estrangeiro, aproveitando a rede diplomática residente, rentabilizando o legado cultural do nosso País.
- Promover o aproveitamento do património devoluto, improdutivo ou subaproveitado do Estado dando-lhe novos usos.
- Maximizar o aproveitamento de fundos comunitários, contribuindo para a recuperação do património histórico e consolidação de iniciativas e focos culturais, contribuindo em simultâneo para atenuar as diferenças regionais valorizando o interior.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

UM SERVIÇO PÚBLICO ISENTO, TRANSPARENTE E AO SERVIÇO DO CIDADÃO E DA DIÁSPORA

A *ALIANÇA* é um partido novo e por isso muito atento às novas e modernas tecnologias, complementares dos meios de comunicação, que permitem criar elos de ligação permanente com todos os Portugueses.

A *ALIANÇA* baseia a sua ação numa política de proximidade, que garanta o envolvimento de todos, através de plataformas colaborativas e participativas, num modelo de total abertura à sociedade, privilegiando a cidadania interativa propiciada pelo uso responsável das redes sociais de que é exemplo o presente Programa Base aberto à participação dos Cidadãos.

As mudanças na cadeia de valor da indústria de televisão, os media e os conteúdos, os novos desafios, o futuro da imprensa e da rádio ou o recurso às novas plataformas tecnológicas fazem inequivocamente parte de uma ponderação séria que a *ALIANÇA* defende dever ser realizada por especialistas e responsáveis públicos e privados, em conjunto com a sociedade civil.

Esta constatação tem claros reflexos na sociedade e no mercado, ou seja, nos mecanismos de procura e de oferta. A *ALIANÇA* pauta-se, neste domínio, por uma atenção à Mudança, tendo em consideração o novo contexto tecnológico e financeiro dos diversos operadores e do mercado, sem quaisquer derivas intervencionistas ou "iluminadas" que tão maus resultados produziram sempre que foram tentadas.

A *ALIANÇA* concebe o Portugal democrático e europeu do século XXI como uma nação capaz de lutar por uma sociedade mais cosmopolita, coesa e solidária, liberta de tentações periféricas ou de marginalidade relativamente aos centros de prosperidade e de progresso do mundo globalizado. O papel da comunicação social para alcançar este feito é determinante, numa postura que implica uma total isenção e imparcialidade face ao poder político.

A evolução das diversas instâncias de escrutínio público, que vão desde os media convencionais até aos blogues e às redes sociais, obrigam a uma mudança de atitude. Esse é o verdadeiro desafio nas políticas públicas e privadas de comunicação social.

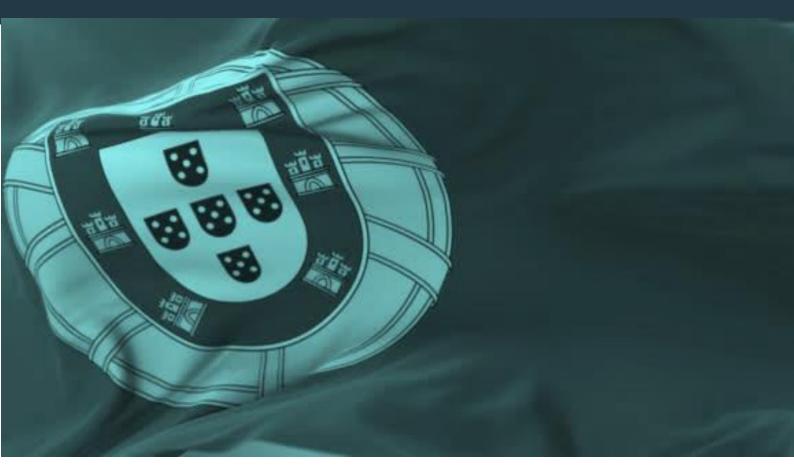
A *ALIANÇA* quer uma sociedade Portuguesa mais exigente e mais crítica, e a liberdade de expressão, de pensamento e de opinião enquanto vertentes fundamentais da realização da pessoa humana, são garantes de democracia liberal e duma sociedade aberta e por isso apresenta as seguintes propostas:

- O Estado deve abster-se de querer regular ou intervir neste âmbito das liberdades públicas o que, nomeadamente, implica repensar o modelo de funcionamento da Entidade Reguladora Para a Comunicação Social e garantir a não ingerência estatal nas atividades de comunicação social sob forma empresarial, salvo nas situações em que o Estado é acionista único ou detém participação na respetiva gestão.
- A *ALIANÇA* entende, que se impõe aos gestores e aos profissionais dos media uma responsabilidade acrescida perante a comunidade, na qual o reforço de uma auto regulação ética tenderá, pela natureza das coisas, a substituir modelos de regulação ultrapassados e sobretudo politizados.
- Somos favoráveis a um serviço público de audiovisual, mas, mais atento a conteúdos, menos pesado empresarialmente e não dependente em exclusivo de dinheiros públicos mesmo que pela via da substituição tributária.
- Um Serviço Público que não queira fazer concorrência aos operadores privados e que cumpra as suas obrigações no esclarecimento e formação dos Cidadãos.
- A aposta na qualidade e na relação custo/benefício dos produtos oferecidos deve ser realizada tendo em atenção o mercado, mas também a especificidade do serviço público e o desenvolvimento da sociedade.

- O Estado deve garantir, de forma inequívoca, uma concorrência transparente e, sobretudo, o acesso de todos os Cidadãos aos conteúdos, incluindo a informação, seja qual for a plataforma tecnológica utilizada.
- Defende-se o alargamento da Televisão Digital Terrestre, através de mecanismos legais e concorrenciais, eventualmente às novas gerações de banda larga, para que ninguém seja excluído, particularmente por razões económicas, pelo que nos comprometemos, no plano legislativo e regulador, a combater qualquer tipo de discriminação.
- A ALIANÇA privilegia as relações com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Usamos uma língua que abrange mais de duas centenas e meia de milhões de pessoas. Esse facto tem implícita a necessidade de os media nacionais atuarem no mercado, e junto da sociedade, como mais um veículo de transmissão desse valioso património imaterial e civilizacional.
- A ALIANÇA entende ser fundamental que todas as plataformas e todos os operadores se empenhem na tarefa de levar a língua de Camões a todos aqueles, nacionais ou não, mas com este riquíssimo património linguístico comum, que trazem "a vida pelo mundo empedaços repartida".

A língua Portuguesa é fator de união, sem tergiversações paternalistas anacrónicas, que importa incentivar e promover através de todas as plataformas e redes de comunicação social e cultural.

CAPÍTULO IV ESTADO E SOBERANIA



CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNO E DO SISTEMA ELEITORAL

UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA REFORÇAR A DEMOCRACIA E A CONFIANÇA DOS PORTUGUESES

A afirmação e a consolidação da Democracia em Portugal exigem um olhar atento sobre as formas de participação eleitoral, bem como sobre a relação entre os cidadãos e os seus representantes. Assistimos a um progressivo afastamento dos Portugueses face ao sistema político e a uma maior desconfiança face aos partidos políticos e aos detentores de cargos públicos.

A defesa da Democracia deve assentar em três eixos fundamentais:

- Qualidade e Proporcionalidade da Representação
- A Governabilidade
- Qualidade da Democracia

QUALIDADE E PROPORCIONALIDADE DA REPRESENTAÇÃO

Portugal apresenta, desde a aprovação da Lei Eleitoral para a Assembleia da República (14/79 de 16 de maio) um sistema eleitoral proporcional. No entanto, o sistema apresenta significativos desvios na proporcionalidade, contribuindo para um nível de representatividade baixo.

A "falsa proporcionalidade" do sistema eleitoral Português tem sido corroborada por um sistema fechado e dominado pelos partidos políticos, com pouca ou nenhuma margem de intervenção dos cidadãos na escolha dos seus representantes. No seguimento de uma maior abertura do sistema político aos cidadãos, a *ALIANÇA* defende a implementação de um sistema que combine círculos uninominais, permitindo aos eleitores escolherem o

seu representante na Assembleia da República, e um círculo nacional de compensação, visando assegurar a pluralidade partidária e a proporcionalidade do sistema eleitoral.

O processo de melhoria da qualidade da representação passa, igualmente, pela redução do número de deputados. Com base nas disposições existentes na Constituição da República, é possível reduzir o número de deputados para 181 (para evitar empates técnicos), assegurando a distribuição destes pelos círculos uninominais e pelo círculo nacional de compensação. O objetivo passa por garantir uma melhor operacionalização dos trabalhos na Assembleia da República e fomentar uma igual participação dos deputados no decurso das sessões plenárias e trabalhos parlamentares.

Um dos pilares da renovação do sistema política passa pela defesa da limitação de mandatos para os deputados e vereadores das autarquias, à semelhança do que já sucede para outros cargos políticos (3 mandatos). A atividade política deve ser encarada como um serviço à causa pública e não como uma profissão.

A Casa da Democracia deve ser o exemplo em termos de honestidade, meritocracia, rigor e transparência. Nesse sentido, a *ALIANÇA* defende a introdução de mecanismos biométricos de controlo da presença dos deputados, bem como um alargamento do regime de incompatibilidades dos deputados, por forma a garantir o exercício do mandato com total imparcialidade.

Para garantir uma maior representatividade de todo o território nos órgãos de poder, a *ALIANÇA* defende a criação de um Senado (adoção de um sistema bicameral), com representantes de todas as regiões do país, garantindo uma maior proximidade entre eleitos e eleitores. A composição desta segunda câmara será determinada em função da redução do número de deputados para a Assembleia da República.

A GOVERNABILIDADE

O desenvolvimento do País está diretamente associado ao grau de estabilidade dos executivos. Ao longo dos 45 anos de Democracia o País apresentou uma instabilidade

significativa, o que impediu o cumprimento integral dos mandatos. Urge contribuir para um quadro de normalidade na vida política e de criação de um ambiente propício à adoção de políticas públicas de médio/longo prazo. Uma verdadeira política de compromissos para alavancar o desenvolvimento de Portugal.

O modelo de governos de coligação é habitual em toda a Europa, exige-se, por isso, que os Partidos estejam à altura dessas responsabilidades, contribuindo para a adoção de uma política de consensos, para além do período das legislaturas. A estabilidade deve ser assegurada em todos os domínios de funcionamento da sociedade, pelo que devem ser realizados esforços no sentido de ampliar os acordos no âmbito da concertação social.

O Governo responde perante o Parlamento, o Presidente da República e o conjunto dos Portugueses. A visão da *ALIANÇA* é uma visão otimista e alicerçada no modelo que defendemos para o país — um Portugal moderno, desenvolvido, assente na meritocracia e na igualdade de oportunidades!

QUALIDADE E LEGITIMIDADE DA DEMOCRACIA

A consolidação da Democracia Portuguesa é um imperativo nacional e que deve obrigar todas as forças políticas e a sociedade civil a um esforço conjunto para a defesa dos valores e princípios democráticos.

O reforço da legitimidade da Democracia faz-se através da defesa intransigente de um sistema que premeie os melhores e mais capazes da Nação, que combata, de forma sistemática, a corrupção, e que assente a base fundacional do sistema político na relação entre eleitos e eleitores.

O envolvimento dos cidadãos, e mais especificamente das novas gerações, na definição das políticas públicas é crucial. É preciso ir ao seu encontro, através de novas formas de participação, de modo a garantir o seu envolvimento da política. A *ALIANCA* envidará

esforços de sentido de criar novas plataformas digitais de transação que facilitem a integração da sociedade civil na esfera governativa, por forma a aumentar a granularidade e a frequência da respetiva participação política, baseando esta ação na transparência e na total abertura do sistema político à sociedade.

A Democracia deve ser uma conquista diária, através da ação exemplar dos nossos representantes e através do exercício de uma cidadania ativa, consciente, responsável e participativa. Nesse sentido, a *ALIANÇA* defende a possibilidade das eleições se realizarem a um dia da semana, à semelhança de outros Estados Europeus, com o objetivo de promover uma maior participação eleitoral.

Na linha da nossa Declaração de Princípios e dos Valores que orientam a nossa ação, defendemos:

- A introdução de círculos uninominais, permitindo a escolha direta do nosso representante na Assembleia da República e a existência de um círculo nacional de compensação, garantindo a proporcionalidade do sistema eleitoral.
- A criação do Senado, segunda Câmara, de modo a promover a maior representatividade territorial nos órgãos de soberania.
- A possibilidade das eleições se realizarem a um dia da semana, de modo a combater a abstenção eleitoral.
- A redução do número de deputados em número superior aos membros do Senado.
- A limitação de mandatos para deputados e vereadores, com o objetivo de assegurar uma renovação dos agentes políticos.
- ▼ O reforço do regime de incompatibilidades, assegurando o exercício do mandato de deputados com a maior isenção e transparência possível.
- Reforço das plataformas de comunicação e transação entre eleitos e eleitores, fomentando uma maior participação dos cidadãos na vida política.

Portugal precisa de um sistema político moderno, flexível e adaptável aos desafios da contemporaneidade. A *ALIANÇA* assume o compromisso de liderar o debate em torno da reforma do sistema político e eleitoral.

Mais Cidadania, Melhor Democracia!

MELHOR ESTADO

TRANSPARÊNCIA, REGULAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

O grau de confiança dos cidadãos no Estado, nos diversos órgãos e representantes políticos constitui um alicerce fundamental para a edificação de uma sociedade mais exigente e interventiva na defesa do interesse público. O Estado deve estar ao serviço dos cidadãos, contribuindo diariamente para a criação dessa relação de confiança com os cidadãos e estando presente nos setores onde verdadeiramente é necessário. Um Estado presente, mas rigoroso e eficiente na resposta às necessidades e aos desafios do presente. Um Estado colaborativo no exercício das suas funções e não um Estado abusador, avesso à defesa dos direitos dos cidadãos.

A ação do Estado deve ser pautada por dois vetores fundamentais: estabilidade e transparência. Estabilidade ao nível das políticas públicas adotadas e transparência em todos os procedimentos administrativos, fiscais e políticos, nomeadamente ao nível dos procedimentos concursais para a administração pública, dos procedimentos concursais para obras públicas e na relação do Estado com o cidadão. Estes vetores são fundamentais, tanto para os milhares de funcionários públicos, como para todos os cidadãos, conscientes que a posição do Estado deve ser colaborativa e de desbloqueio, ao invés de dificultar o acesso aos serviços públicos.

A presença do Estado na sociedade é fundamental, no entanto, o seu papel é garantir a efetiva regulação das diversas atividades, de modo a garantir que o interesse público é assegurado, evitando custos incomportáveis para os cofres públicos de decisões na órbita do Estado. O poder da regulação permite, precisamente, atenuar esses riscos. Os

Portugueses não podem continuar a pagar por decisões irresponsáveis e que condicionem o direito das gerações atuais e vindouras a um futuro mais próspero.

A relação do Estado com os cidadãos constitui eixo central na edificação da sociedade, nomeadamente no acesso a bens públicos essenciais, como a saúde, a educação ou o usufruto de direitos associados aos rendimentos de trabalho. Os sucessivos atrasos dos serviços do Estado em darem resposta às solicitações dos cidadãos constitui uma séria violação a esta relação de confiança, bem como produz consequências significativas na qualidade de vida dos Portugueses. De igual modo, a ação do Estado como "moderno cobrador do fraque" evidencia uma postura abusiva e de desrespeito para com os contribuintes. Às exigências do Estado, devemos responder com um Estado responsável, eficaz e ao serviço da comunidade.

A *ALIANÇA* não se conforma com a demora no tratamento destes processos, nem com uma política de cativações que coloca em causa o funcionamento de setores fundamentais como a acesso à saúde ou a prestações de âmbito social ou decorrentes da carreira contributiva.

Neste sentido, a *ALIANÇA* defende a criação da figura do "Provedor do Contribuinte", responsável por assegurar a celeridade e a justiça dos processos do Estado para com os cidadãos no âmbito fiscal. Este elemento de ligação constitui um caminho para o estreitar da relação entre o Estado e os seus cidadãos, bem como permite um mecanismo eficaz de denúncia dos abusos cometidos pelo Estado.

Por respeito a todos aqueles que vivem do seu trabalho, que cumprem as suas obrigações fiscais, e por todos os Portugueses, a *ALIANÇA* não deixará de exigir que o Estado respeite os seus cidadãos, cumprindo as suas obrigações, nomeadamente a resposta atempada no acesso a serviços públicos.

A afirmação de um Estado mais transparente e ao serviço dos cidadãos exige, igualmente, um combate sem tréguas à corrupção, que constitui um dos maiores entraves à qualidade da Democracia e uma das principais causas para a descrença e a desconfiança generalizada nas instituições públicas. A moralização e qualificação do

sistema político implica a adoção de um conjunto de medidas que visem contrariar um ambiente de impunidade na sociedade Portuguesa. Nesse sentido, a *ALIANÇA* defende a proibição do exercício de cargos públicos para quem for condenado por corrupção, num claro sinal da necessidade de restabelecer a total confiança nos decisores políticos. Sendo a corrupção um dos crimes que mais afetam a reputação do País, que maior influência tem no grau de confiança dos cidadãos e que constitui uma barreira efetiva ao crescimento e ao desenvolvimento, a *ALIANÇA* defende o endurecimento das penas associadas a este crime.

O caminho de combate à corrupção deve, igualmente, ser efetuado com um controlo mais exigente da aplicação dos fundos comunitários, garantindo que os mesmos são utilizados ao serviço da comunidade e do interesse público. Portugal deve aproveitar os novos avanços tecnológicos, baseados na tecnologia blockchain, para introduzir a confiança do rigor matemático no registo e na verificação do histórico da aplicação dos fundos comunitários, fazendo respeitar a sua cultura na era digital e a prática dos bons valores e da ética, características da sua identidade, para reconquistar a reputação e o prestígio de Portugal no Mundo.

Este combate deve ser transversal e partilhado por toda a sociedade, com o objetivo de contribuir para a refundação ética da Nação.

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA

ÁREAS ESTRATÉGICAS DA SOBERANIA NACIONAL REQUERENDO UM PERMANENTE ACOMPANHAMENTO E ADAPTAÇÃO FACE A CONJUNTURA EUROPEIA E INTERNACIONAL

Portugal está livre de ameaças existenciais. As potenciais ameaças que Portugal enfrenta não colocam em causa a sua soberania, o seu território, nem mesmo a sua liberdade de ação política, e só justificam o empenhamento da força militar em fronteiras distantes, em conjunto com outros Estados, no quadro da OTAN (NATO), da União Europeia (UE) e da

Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de que determinadas ameaças não cheguem perto.

O emprego da força militar em fronteiras distantes, no quadro de alianças, e a defesa perante eventuais ameaças no futuro, são as razões que justificam manter as Forças Armadas (FA). São um "seguro" que demora a edificar, ou a tornar eficaz. Esta situação permite que os recursos atribuídos às Forças Armadas sejam os mínimos que permitam manter as ameaças longe, explorando a divisão do trabalho estratégico e operacional entre aliados e a edificação rápida de dispositivos de defesa face a ameaças existenciais. As FA têm a posse das armas mais poderosas da Nação e do Estado e, num Estado de Direito Democrático, só podem fazer uso das suas capacidades por decisão dos órgãos de soberania, nos termos da Constituição e da lei, no respeito da vontade do poder soberano, o povo; é isto a supremacia civil constitucionalmente consagrada, que condiciona o exercício de diversos direitos e liberdades dos militares.

A concretização plena da supremacia civil, e a concentração dos militares das FA nas missões e tarefas de defesa militar da República Portuguesa contra ameaças externas, como estabelece a Constituição (CRP), ainda têm passos a dar, os quais ajudarão a aumentar a eficácia e a eficiência das mesmas FA.

Os Estados de Direito Democráticos tendem, cada vez mais, a ver as questões de segurança na ótica da segurança humana e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Tal enquadramento traduz-se, desde logo, no mínimo recurso ao uso da força, o qual deve ser escasso, mas muito determinado nas poucas ocasiões em que se justificar; a par, numa regulação assente, primeiro no apelo à tolerância entre as pessoas e, depois, na lei e na mediação, isto perante conflitos em concreto.

As Forças e Serviços de Segurança de Portugal dispõem atualmente, em conjunto, de um efetivo de 44.000 elementos, que representa 7,7% da despesa total com pessoal na Administração Pública.

O sistema de segurança interna implantado em Portugal está a evoluir, em especial, a segurança nos espaços marítimos ainda funciona na prática fora do modelo constitucional e há que a integrar no modelo pós-1982, no sentido do aproveitamento dos recursos e apoio técnico que a UE tem disponibilizado, também a Portugal, e para permitir o aumento da interoperabilidade com outros serviços europeus no âmbito do Frontex (Agência Europeia da Guarda Costeira e de Fronteiras).

A par, e na mesma linha de boa gestão da coisa pública, urge conceber um novo modelo organizacional, que possa elevar consideravelmente os níveis de eficiência e economia da estrutura organizacional das Forças e Serviços de Segurança em Portugal. Com efeito, a dualidade/duplicação de atribuições atualmente cometidas à GNR e à PSP, as quais diferem apenas em razão do território, não se constitui como uma mais-valia para o Sistema de Segurança Interna (SSI), antes representando a persistência num modelo que não se afigura como eficaz, económico e eficiente.

Neste quadro a *ALIANCA* aponta, entre outras, as seguintes medidas:

- A Promoção de uma forte colaboração e integração da Proteção Civil com as demais forças de segurança, reforçando a sua capacidade de atuação, assegurando também o seu apetrechamento com os equipamentos e meios adequados à proteção do património, das pessoas e dos bens.
- A aposta na qualificação e capacitação dos Bombeiros Voluntários, a quem tanto devemos, dando-lhes condições para que possam executar com mais segurança, mais conhecimentos e mais condições, o serviço inestimável que prestam à Pátria, tantas vezes timidamente reconhecido.
- Criação da Guarda Marítima, civil, uniformizada e armada, chefiada por um diretor nacional, a integrar no ministério responsável pelos assuntos do mar.
- Profissionalização do salvamento marítimo costeiro e no domínio público marítimo e atribuição desta missão aos serviços da Proteção Civil e a colocação de helicópteros

em permanência em nos Portos de Pesca do País.

Incremento da utilização de modernos sistemas de tecnologia avançada de vigilância marítima e aérea, da Zona Económica Exclusiva de Portugal e dos restantes espaços marítimos por intermédio de UAV (drones).